

# Uma Nova Era de Diálogo: O Triunfo do Humanismo



PROPOSTA DE PAZ

2005

“Encontramos nossa inspiração da fé inabalável que os presidentes Makiguti e Toda depositaram na força da educação para unir os homens em sua bondade, certos de que este é o caminho correto e infalível para a eterna vitória da humanidade. Gravando em nosso coração o profundo espírito de nossos mestres, reafirmamos a nossa determinação de intensificar a corrente de solidariedade entre os cidadãos conscientes, partilhando e propagando um compromisso dinâmico para com a paz e o humanismo.”



EDITORA  
BRASIL  
SEIKYO

**BSGI**  
ASSOCIAÇÃO BRASIL SGI

DAISAKU IKEDA



PROPOSTA DE PAZ

2005



# Uma nova era de diálogo: o triunfo do humanismo

por Daisaku Ikeda  
Presidente da Soka Gakkai Internacional

Enviada à Organização das Nações Unidas (ONU)  
por ocasião do 30º aniversário da SGI, em 26 de janeiro de 2005.



Este ano em que se celebra o 30º aniversário de fundação da Soka Gakkai Internacional (SGI), gostaria muito de apresentar algumas perspectivas filosóficas, propostas concretas, com o intuito de promover a busca da paz para a coexistência da humanidade.

Antes, porém, gostaria de expressar minhas profundas condolências e orações a todos aqueles que perderam a vida nos terremotos no Oceano Índico e no tsunami no final do ano passado. Todos aqueles que lutam para superar tanto sofrimento e pesar inimagináveis, estão em nossos corações.

É meu ardente desejo que a comunidade internacional ajude, com apoio coordenado e contínuo, para que as populações que sofreram tão grandes perdas venham a ter um total restabelecimento.

Oro também para que os esforços de recuperação e reconstrução progridam de tal forma que todas as pessoas e famílias das regiões afetadas por esse desastre natural sem precedentes possam reconquistar a segurança e a esperança o mais brevemente possível.

Daisaku Ikeda  
26 de janeiro de 2005

Tradução: René Takeuti  
Elizabeth Miyashiro

Revisão: Thiago de Mello

Colaboração: Anderson Félix Nunes  
Glaucia Y. Shirayama  
Sílvia Fujiyoshi

Arte: Iusse José Filho

Todos os direitos reservados à Editora Brasil Seikyo Ltda.

Editora Brasil Seikyo Ltda. Administração e redação: Rua Tamandaré, 1007, São Paulo, SP — CEP: 01525-001  
Fones: (11) 3274-1940/1941/1942 — Fax: (11) 3274-1949 / CGC 61.612.891/0001-21  
Matrícula na Lei de Imprensa nº 2092 — Registro no INPI nº 0060117320  
Diretor-Presidente: Eduardo K. Taguchi — Jornalista responsável: Júlio Tadachi China (matrícula DRT nº 17.595)  
Fotolito e Impressão: Plural Editora e Gráfica Ltda. — Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 700,  
Tamboré, São Paulo, SP — CEP: 06500-000 — Fone: (11) 4152-9430 — Fax: (11) 4152-9560.



## A crise que enfrentamos

Desde os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, o mundo vive em crescente tensão. Embora os governantes tivessem tomado medidas rígidas de segurança para impedir os ataques terroristas, que poderiam ocorrer a qualquer momento, a vida de muitos cidadãos comuns foi afetada pelo medo e a insegurança, e não há sinais de um retorno à normalidade.

Embora as condições durante a Guerra Fria tenham sido, de certa forma, similares, a ameaça atual é ainda mais obscura. É impossível identificar o potencial dos que perpetram atos terroristas, e não há uma idéia clara que ajude a resolver a situação. Persiste a sensação de vulnerabilidade, de que até mesmo as ações militares mais agressivas ou a imposição de medidas de segurança são incapazes de aliviar.

A situação no Iraque continua caótica. Apesar da transferência da soberania para um governo provisório em junho do ano passado, conflitos militares e ataques terroristas continuam em todo o país, e muitos questionam as chances de sucesso das eleições para a assembleia nacional de 30 de janeiro.

Os esforços para a paz no Oriente Médio permanecem num impasse. As conversações sobre o programa de armas nucleares da Coreia do Norte estão paralisadas. Acrescentadas de grande número de conflitos regionais, estas circunstâncias incitam vozes pessimistas para alertar que estamos em perigo de repetir a história de guerras e violência que marcou o século XX.

Em muitos países, a prioridade dada à segurança nacional tem, em anos recentes, incentivado campanhas para o aumento de armas. Cada vez mais as questões de segurança nacional são usadas para justificar as restrições de direitos e liberdades. Enquanto isso, energia e preocupação são desviadas dos esforços internacionais para questões globais como a pobreza e a degradação ambiental. O agravamento resultante de ameaças à vida e à dignidade das pessoas é outra consequência trágica do terrorismo e dos esforços para contê-lo.

Como a humanidade do século XXI poderá vencer a crise que enfrentamos?

Não existe, obviamente, solução simples nem "varinha mágica" que torne tudo melhor. O caminho é arriscado, exige que se encontre uma resposta apropriada para essa violência que rejeita todas as tentativas de engajamento ou de diálogo.

Mesmo assim, não há por que cair no pessimismo improdutivo. Não faz sentido. Todos esses problemas são causados pelos seres humanos, o que significa que eles têm uma solução humana. Não importa quanto tempo esses esforços levem, enquanto não desistirmos do trabalho de desatar os fios emaranhados dessas questões inter-relacionadas, podemos estar seguros de que encontraremos um caminho certo.

Estes esforços devem se valer do pleno potencial do diálogo. Enquanto a humanidade existir, enfrentaremos os eternos desafios de realizar, manter e fortalecer a paz pelo diálogo.

Precisamos defender e proclamar essa convicção incessantemente, sem nos importar com o riso frio ou as críticas cínicas com que possamos ser recebidos.

Recordo-me das palavras do poeta Rabindranath Tagore (1861–1941), cujas obras há muito me inspiram afeto e respeito:

*O possível pergunta ao impossível:*

*"Onde é a tua morada?"*

*O impossível responde:*

*"Nos sonhos dos que nada podem."<sup>1</sup>*

## Um grande movimento de diálogo

Este ano, conforme já disse, marca o 30º aniversário da SGI. O ano de 1975 também foi uma época de grandes conflitos e de divisão no mundo. Os abalos que se seguiram à quarta guerra entre Israel e Arábia Saudita (1973) e à guerra do Vietnã ainda eram sentidos. A primeira reunião de cúpula dos principais países industrializados foi realizada naquele ano para fortalecer a união do bloco ocidental, enquanto no bloco comunista, o confronto entre a China e a União Soviética intensificava-se de forma ameaçadora.

Dediquei o ano que precedia à fundação da SGI ao intenso esforço no diálogo. Minhas primeiras visitas à China e à União Soviética foram realizadas em 1974. Profundamente ciente das tensões potencialmente explosivas, encontrei-me várias vezes com os altos líderes dessas duas nações, engajando-os em sincero diálogo.

Naquela época, no Japão, a União Soviética e seu povo eram vistos com grande hostilidade.

Muitas pessoas criticavam minha decisão de viajar para esse país, questionando que propósito eu teria, como um religioso, de visitar uma nação que não aceitava a religião. Mas minha sincera crença, como budista, era de que o sonho da paz só seria possível se o bloco comunista, que representava um terço da população mundial, fosse reconhecido e participante do diálogo. Para mim, era crucial encontrar uma brecha o mais rápido possível.

Em minha primeira visita à China, em maio de 1974, vi os cidadãos de Pequim construindo uma vasta rede de abrigos subterrâneos contra um provável ataque soviético. Quando me encontrei, três meses mais tarde, com o premiê soviético, Alexei Nikolaievich Kosygin (1904–1980), transmiti-lhe a preocupação que eu observava na China quanto às intenções de seu país. Perguntei-lhe de forma direta se estava planejando atacar a China. O premiê respondeu que a União Soviética não tinha intenção de atacar nem de isolar a nação chinesa.

Levei esta mensagem na viagem que fiz em seguida à China, em dezembro daquele ano, transmitindo-a aos líderes chineses. Foi também nessa visita que me encontrei com o premiê Chu Enlai (1898–1976), discutindo com ele a importância de estreitar e fortalecer a amizade entre a China e o Japão e de trabalharmos juntos por um mundo melhor.

Em janeiro de 1975, visitei os Estados Unidos e apresentei às Nações Unidas uma petição com mais de dez milhões de assinaturas, coletadas por membros da Soka Gakkai do Japão, pedindo a abolição das armas nucleares. Tive também a oportunidade de trocar idéias a esse respeito com o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger.

Foi em meio a tantos esforços para promover o diálogo, que a SGI foi fundada há trinta anos, no dia 26 de janeiro de 1975. A convenção inaugural foi realizada na Ilha de Guam, palco de intensas batalhas durante a Segunda Guerra Mundial, e contou com a participação de representantes de 51 países e territórios. Desde a sua fundação, a SGI tem procurado extrair a energia e a criatividade das pessoas para formar um movimento popular efetivo em prol da paz.

Os membros da SGI mantêm essa convicção original de que o diálogo representa o caminho correto e certo para a paz. Eu tenho também me empenhado no exercício da "diplomacia humana", o tipo de diplomacia que visa a unir um mundo dividido por meio da amizade e da confiança, e a promover amplos intercâmbios populares nos campos da educação e da cultura.

Procurando enxergar além das diferenças nacionais e ideológicas, engajei-me em diálogos com líderes de vários campos do mundo inteiro. Encontrei-me com diversas pessoas e tratei com elas diferentes pensamentos filosóficos, culturais e práticas religiosas, incluindo o judaísmo, cristianismo, islamismo, hinduísmo e confucionismo. Minha crença, fortalecida ainda mais por essa experiência, é a de que o fundamento para o diálogo que o século XXI necessita, deve ser o humanismo: um humanismo que vê o bem como aquilo que nos une e aproxima, e o mal, como aquilo que nos divide e isola.





Conforme revejo meu próprio esforço para fortalecer o diálogo nessa direção, ganho nova compreensão da necessidade urgente de redirecionar as energias do dogmatismo e do fanatismo — causa de tantos conflitos extremos — para uma perspectiva mais humanística. Num mundo dilacerado pelo terrorismo e ataques retaliatórios, por conflitos oriundos de diferenças étnicas e religiosas, essa tentativa pode parecer para muitos uma busca sem esperança. Contudo, acredito que devemos continuar fiéis a este objetivo.

Esclareço que não me refiro a um humanismo confrontado com o dogmatismo ou o fanatismo, numa competição inútil entre “ismos”.

A verdadeira essência e a prática do humanismo são encontradas no diálogo sincero, de coração a coração. Tanto nas relações diplomáticas entre grandes potências como nas interações diversas entre cidadãos de diferentes nações, o diálogo genuíno possui a intensidade descrita pelo grande humanista e filósofo do século XX, Martin Buber (1878–1965), como um encontro “sobre uma ponte estreita”<sup>2</sup> em que o menor descuido resulta em queda fatal. O diálogo é, de fato, encontro de alto risco.

Acredito que a analogia de compensadores (abas pequenas e ajustáveis nas asas do avião e em quilhas de barcos) seria útil. Como o engenheiro, arquiteto e filósofo Richard Buckminster Fuller destacou, um compensador num leme de navio pode ser acionado por uma única pessoa sem precisar de ajuda; pode facilitar o movimento do leme, possibilitando dessa forma a mudança da direção de um grande navio.<sup>3</sup> O humanismo desempenha um papel semelhante, dando novo curso à comunidade global.

As ondas do diálogo se multiplicam e se propagam. Elas têm o potencial para gerar a mudança da maré que dará melhor rumo às forças do fanatismo e do dogmatismo. Acredito que o sentimento acumulado deste esforço, aparentemente pequeno, é suficiente para redirecionar a correnteza dos tempos — assim como um pequeno compensador pode ajustar o curso de um grande navio ou de um avião. Torna-se crucial o trabalho árduo e perseverante, por meio da luta espiritual de encontros e diálogos, ações que unem e orientam as pessoas.

## As armadilhas do fanatismo

O fanatismo e o dogmatismo surgem sob várias formas. Algumas podem estar levemente associadas à religião monoteísta, mas, na realidade, podem ser encontradas no campo da atividade humana. Muitos acreditam que o budismo é relativamente imune a este extremismo. Sucede que ele não está totalmente livre dessas armadilhas, sobre as quais falarei adiante. É claro que o fanatismo também não se limita à religião. A extensão com que muitas ideologias políticas do século XX foram surpreendidas por essa armadilha permanece viva em nossa memória.

Da mesma forma, toda ideologia (no mais amplo sentido do termo) incorpora uma ortodoxia, um modo convencional de concepção do mundo. Precisamos, portanto, desenvolver uma melhor compreensão de aspectos, tanto os positivos quanto os negativos, dessas ortodoxias ou “ismos”.

Uma ortodoxia pode ser algo positivo e servir para guiar as ações de pessoas a fins construtivos. Ao mesmo tempo, esses “ismos” podem limitar o pensamento e o julgamento livre de pessoas a um ponto de referência único e exclusivo. Quando essa tendência foge ao controle, “ismos” abstratos podem acabar escravizando a vida de pessoas reais. Em qualquer época, as ortodoxias podem inclinar-se nessa direção. É próprio de sua natureza.

O fanatismo surge quando esse elemento destruidor se expande além das proporções. Isto pode levar a uma situação em que a vida humana é grotescamente desvalorizada; e a morte, tanto a de si próprio como a de outros, é glorificada. Isto explica por que o século XX foi uma era de ideologias e de matança sem precedentes.

Em contraste com estes tipos de “ismos” ou ortodoxias, a característica mais importante do humanismo é que ele não propõe normas de comportamento externamente definidas. Ao contrário, conduz a ações livres e espontâneas do espírito humano, no julgamento e na tomada de decisões.

De certo, o humanismo sustenta a humanidade, tanto no sentido concreto quanto no abstrato, como critério fundamental. Mas não procura estabelecer um conjunto de normas fixas de controle de julgamentos e ações.

Certa ocasião, o renomado antropólogo cultural Eitiro Ishida (1903–1968) foi questionado sobre qual seria a definição universal de “humanidade”. Observando que o relativismo cultural torna difícil esta questão, ele pensou bem para escolher as palavras corretas antes de expor seu parecer: “Finalmente, é uma questão do que você mesmo considera o que é ser humano.”<sup>4</sup>

Embora pareça um tanto vago, talvez isso ilustre a natureza da motivação interior, do processo autônomo que estou tentando descrever. Mas isto, de modo algum, não significa uma atitude irresponsável, amoral, em que “vale tudo”. Quando nos deparamos com dilemas e decisões difíceis, a nossa capacidade de firmeza na tomada de decisão livre e autônoma — de ser fiel ao que acreditamos ser humano — é testada até o seu limite.

## “Os princípios são criados pelas pessoas!”

A vida de Albert Einstein (1879–1955) ilustra esta questão de modo comovedor e eficiente. Homem de extraordinário compromisso com a paz, Einstein era, como um judeu, submetido a ameaças e hostilidades implacáveis dos nazistas. Após tensa batalha interior, ele chegou à decisão de que a sua oposição ativa ao nazismo era o único meio de evitar as piores conseqüências. Este era o mesmo Einstein que tanto admirava Mahatma Gandhi e que certa vez declarou: “Prefiro ser cortado em pedaços do que mandar matar alguém.” Se esta declaração for interpretada dogmaticamente, pode parecer que a mudança de sua posição comprometeu seus princípios. Mas, conforme ele explicou, “o homem cria os princípios, não é criado por eles”.<sup>5</sup>

Neste sentido, é importante considerar:

Primeiro: Einstein concluiu que não resistir à ultrajante violência unilateral dos nazistas equivalia a apoiar sua agressividade destruidora.

Segundo: seu apoio à decisão de fabricar armas nucleares (embora não para uso) originou-se do medo das terríveis conseqüências, caso os nazistas se antecipassem na produção delas. Quando, contra sua vontade, as bombas foram lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, ele arrependeu-se de seu envolvimento, descrevendo mais tarde como “o maior erro de minha vida...”<sup>6</sup>

Terceiro: nos anos pós-guerra, este senso de culpa e de responsabilidade levou-o a redobrar seus esforços como ativista da paz, a lutar pela abolição das armas nucleares e por um governo mundial.

Creio que o tema constante que acompanha o complexo drama interior de Einstein é que, cada uma dessas decisões difíceis e, de fato, perigosas, fazia parte da busca incessante da definição do que consideramos humano, do padrão universal de humanidade, aludido anteriormente. Na minha opinião, a essência e a prova de humanismo residem no conflito interior da luta pelo bem. Em meio ao caos do nazismo, Einstein declarou repetidas vezes: “Precisamos mudar o coração das pessoas.”<sup>7</sup> Isto é algo que não pode ser alcançado sem muita luta interior.

Talvez a filosofia defendida por Einstein, após a guerra, não era a de não-violência no sentido literal da palavra. No entanto, acredito que seu objetivo fundamental tinha pontos em comum com o movimento de não-violência de Mahatma Gandhi. Isto está claro nas palavras de louvor que Einstein dedicou em seus últimos anos a Gandhi, chamando-o de “o maior gênio político de nossa era”.<sup>8</sup>

O axioma perspicaz de Einstein, de que os princípios são criados pelas pessoas e não as pessoas pelos princípios, oferece uma expressão simples e direta do que poderia ser considerado a chave do humanismo. As lutas deste gigante do século XX provam que nada é mais difícil de se colocar em prática. Ideologias políticas e religiosas têm frequentemente criado pessoas subservientes e acabam sacrificando-as no altar de regras inflexíveis e princípios abstratos. Esta inversão da importância relativa de pessoas e princípios deriva de uma tendência



profundamente enraizada na natureza humana, que parece nos conduzir aos braços do dogmatismo e do fanatismo. Quanto a isso, o registro histórico é realmente desalentador.

## O exemplo do budismo

Nos textos budistas encontramos as seguintes palavras: “Sakyamuni ensinou que o superficial é fácil de abraçar, mas o profundo, é difícil. Descartar o superficial e buscar o profundo é o caminho de uma pessoa de coragem.”<sup>9</sup> As pessoas costumam perder isso facilmente de vista, esquecendo-se de sua própria capacidade para a coragem, e apegando-se ou tornando-se cativas de um determinado dogma. Parece que possuímos uma fraqueza instintiva, que nos leva à escolha superficial e cega de crer num dogma.

É neste momento que as armadilhas do extremismo aguardam, prontas para se aproveitar da fraqueza e insensatez encontradas em todas as pessoas, e que intrigas e outros meios são usados para atizar tendências destrutivas como o ódio, a ira, a inveja e a arrogância. Este tipo de dogmatismo age para degradar, enfraquecer e anular o espírito humano. Ele se encontra no pólo oposto ao do humanismo.

Um exemplo é a controvérsia entre os membros da SGI e o clero da Nitiren Shoshu, desencadeada em 1990. É, em essência, uma luta contra os perigos do autoritarismo religioso, que incorpora um movimento pela reforma religiosa, cujo centro é a luta do humanismo contra o anti-humanismo. Valendo-se da autoridade adotada como clérigos, a Nitiren Shoshu procura esconder das pessoas sua corrupção e degradação, além de oprimir o espírito dos seguidores leigos. Esta é, de fato, a pior forma de anti-humanismo.

Para os membros da SGI, permitir serem intimidados ou derrotados por essas circunstâncias, seria o mesmo que renunciar à sua humanidade. As implicações desta controvérsia ultrapassam o âmbito de uma simples escola budista. Fundamentados no espírito universal da dignidade humana — que nos faz seres humanos — acreditamos que seria um dano à humanidade evitar esta questão.

Quando a questão do clero manifestou-se pela primeira vez, o educador Taro Hori (1920–1995), na época, presidente da Faculdade Newton, em Shiga, fez esta análise: “Isto representa um desafio ao autoritarismo e à fé servil escondidos no coração de cada pessoa. Ao vencer, cada membro [da SGI] crescerá em grau surpreendente.”<sup>10</sup>

Desde que esta questão veio à tona, por meio de esforços contra o autoritarismo de religiosos corruptos, os membros da SGI têm, como indivíduos e como organização, superado as restrições de seu próprio passado, fortalecendo e nutrendo de coragem o coração. Creio que disto podemos nos orgulhar. Orgulho nascido da convicção de que a nossa luta vincula-se a um grande desafio, inerente à natureza da própria civilização, de construir um humanismo sadio e genuíno.

## O triunfo do humanismo

Na proposta que apresentei há três anos, expus algumas perspectivas budistas sobre a filosofia e a prática do humanismo. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para desenvolver um pouco mais estas idéias, apresentando três proposições como elementos essenciais do humanismo budista.

(1) Tudo é relativo e mutável.

(2) É, portanto, essencial o desenvolvimento da capacidade de discernir a natureza relativa e mutável da realidade, bem como o tipo de autonomia saudável, que não seja dominada por esta natureza.

(3) Com base neste discernimento e autonomia, aceitamos tudo que é humano, sem discriminação. Recusamos a restringir ou estereotipar as pessoas pela ideologia, nacionalidade, etnia etc. Estamos, portanto, determinados

a buscar ativamente todos os caminhos para o diálogo, jamais permitindo que se fechem.

As duas primeiras proposições — a relatividade e mutabilidade de tudo e a importância de se desenvolver o discernimento para reconhecer isso — são facilmente identificados e se baseiam em conceitos budistas como os “três selos do Dharma” (*samboin*, em japonês).

A impermanência de todos os fenômenos (*shogyo-mujo*) explica que todas as coisas, acontecimentos e experiências devem ser compreendidos como uma série incessante de mudanças e transformações. Pelo fato de tudo mudar, nada tem existência ou substância fixa e independente (*shoho-muga*). A condição iluminada, atingida por meio da capacidade plenamente desenvolvida para discernir esta realidade, é referida como tranquilidade do nirvana (*nehan-jakujo*). Isto descreve o despertar inicial atingido por Sakyamuni, ao perceber que todas as coisas surgem de uma inter-relação. Nosso mundo é formado pelos magníficos fios da diversidade. Tudo existe dentro de uma rede de interdependência em que cada elemento serve como causa ou conexão por meio da qual surgem todas as coisas.

Da perspectiva budista, prevalescente na maior parte do mundo, a terceira proposição — o compromisso positivo com a ação e o diálogo — pode parecer um tanto surpreendente, por contrariar a imagem contemplativa comumente associada ao budismo, conforme certos conceitos, como os três selos do Dharma.

Outros conceitos budistas antigos salientam que a iluminação está além do poder das palavras ou da inteligência. Esta ênfase nos limites da linguagem, de acordo com a formulação do cientista e filósofo francês Albert Jacquard, segundo a qual o “diálogo compreende momentos de silêncio e de palavras”,<sup>11</sup> parece valorizar mais o silêncio. O conceito do silêncio, não como momento nulo ou de abstração, mas rico e fecundo, é importante característica do budismo.

Diante do impasse que aflige a civilização ocidental, cujo desenvolvimento dramático sempre esteve embasado na racionalidade e na linguagem (*logos*), não é de admirar que tantas pessoas estejam buscando o caminho do budismo, que contrasta com essa visão de mundo centralizada na linguagem.

Já que nosso atributo fundamental é a linguagem, não podemos ficar em silêncio, esperando compreender o ideal de humanismo. Neste sentido, não temos outra escolha senão mergulhar em nossa própria humanidade, no oceano do diálogo.

## A marca de honra

Em termos concretos, isto significa confrontar diretamente o mal e a infelicidade, aspectos inevitáveis da vida. Esta declaração de Vimalakirti: “Quando os seres vivos adoecem, o bodhisattva\* adoece; quando os seres vivos ficam bons, o bodhisattva fica bom”,<sup>12</sup> expressa a decisão altruísta do bodhisattva de empreender esse próprio desafio. É uma decisão que consta principalmente do Budismo Mahayana. A tradição Mahayana, que flui do Sutra de Lótus a Nitiren e que instrui a prática dos membros da SGI, estimula fortemente a dinâmica prática de diálogo e de engajamento do bodhisattva. (Convém que, desta maneira, constrói-se e não se perturba a tranquilidade interior da iluminação).

Acredito que esse dinamismo é aspecto importante do qual tratei em meu discurso na Universidade de Harvard em 1993. Naquela ocasião, disse a respeito de Sakyamuni: “Encontrando outros com alegria, aproximava-se deles com um semblante iluminado e receptivo.”<sup>13</sup> Imagino que esse dinamismo ressoa poderosamente nos “sentimentos religiosos cósmicos”,<sup>14</sup> sobre os quais Einstein costumava falar.

Com base no que está exposto, gostaria de propor as seguintes diretrizes para a prática do humanismo: quando entendemos que tudo muda dentro de uma interdependência, logo reconhecemos a harmonia e a

\* **Bodhisattva: Segundo o Budismo Mahayana, refere-se àquele que visa à iluminação tanto de si próprio como a de outras pessoas. A benevolência é sua principal característica. Por esta razão, ele sente satisfação em devotar-se a ajudar os outros.**



unicidade como expressões de nossa inter-relação e, podemos, ao mesmo tempo, considerar a contradição e o conflito. Portanto, a luta contra o mal, que resulta do esforço interior para superar nossas próprias contradições e conflitos, deve ser entendida como uma experiência difícil, porém, inevitável, que devemos superar, para criar uma relação ainda maior e mais profunda.

Se experimentamos uma relação de forma positiva, como um sentimento de harmonia ou de unicidade, esta mesma relação pode ser experimentada de forma negativa, como um conflito. Ambos são aspectos da mesma relação e possuem igual valor. Entretanto, na medida em que reconhecemos a realidade da vida como uma luta e compreendemos que por meio dela nossa humanidade é fortalecida, uma entrega corajosa ao conflito torna-se ainda mais crucial. Na tradição budista, esta é a marca de honra do bodhisattva. Ao recusarmos a discriminação com base em estereótipos ou em restrições impostas, podemos reconhecer a unicidade subjacente da relação positiva e negativa, e nos engajar com força total no diálogo capaz até de transformar o conflito numa relação positiva. É neste desafio que se encontra a verdadeira contribuição de um humanismo fundamentado no budismo.

Esta convicção vem sustentando meus esforços ao longo dos anos.

Quando, em 1968, clamei pela normalização das relações sino-japonesas, ou trabalhei para amenizar as tensões entre a China e a União Soviética, fui motivado pela convicção de que mesmo os conflitos mais violentos não duram eternamente. Enquanto houver pessoas que elevem sua voz pela paz, sempre haverá esperança.

Em 1996, as relações entre Cuba e os Estados Unidos estiveram particularmente fragilizadas, após a derrubada, em fevereiro, de dois aviões civis por caças cubanos e pela pressão norte-americana com o bloqueio econômico. Em junho, visitei os Estados Unidos e Cuba e tive a oportunidade de dialogar com o presidente Fidel Castro. Fui movido pela convicção de que a relação de confronto entre os dois países não seria permanente nem destinada a continuar indefinidamente.

Não há prova maior da natureza relativa e mutável da realidade do que a queda do Muro de Berlim, talvez o símbolo mais forte da Guerra Fria que parecia destinado a perdurar. Recordo-me da visita à Alemanha Ocidental, em outubro de 1961, e do momento em que estive diante da Porta de Brandemburgo. Na ocasião, afirmei minha fé na coragem e no desejo da paz da humanidade, de que o muro viria abaixo dentro de trinta anos. Supreendentemente, 28 anos depois, o Muro de Berlim foi derrubado por cidadãos comuns de ambos os lados da nação dividida.

Tive o prazer de me encontrar duas vezes com o presidente da África do Sul, Nelson Mandela, amigo por quem tenho a mais alta estima. Ele descreve o processo pelo qual realidades aparentemente antagônicas foram desafiadas e o sistema de apartheid se desmantelou:

*Há muita gente na comunidade internacional que falou de milagre, observando à distância o modo como a nossa sociedade desafiou os profetas da desgraça e as suas previsões de um conflito interminável. Todavia, os que estiveram intimamente envolvidos na transição saberão que foi o resultado da decisão humana.*<sup>15</sup>

Esta é uma observação realmente sugestiva. As transformações históricas que impressionam observadores independentes como sendo miraculosas são, na verdade, realizadas por aqueles que possuem sabedoria para discernir a natureza mutável e relativa da realidade, como a vontade de realizar ações com base na visão clara de um futuro melhor.

## Enxergando além dos estereótipos

Uma das principais preocupações com relação à atual situação no Iraque é a de que o conflito se intensifique



num confronto de ampla escala entre opiniões opostas, transformando-se no estopim de um choque de civilizações.

Para não cair neste atoleiro, é vital não combinar impulsos específicos da violência com tradições culturais de civilizações. Precisamos estar constantemente atentos aos estereótipos, às formas deterministas de abordar pessoas que, na realidade, constituem a essência de todas as filosofias extremistas, as próprias armadilhas do dogmatismo.

Em toda sociedade, país e civilização, a grande maioria das pessoas rejeita as opiniões extremistas. Somente uma pequena minoria nutre ambições hegemônicas para impor sua cultura ou sistema legal a outros países.

Há cinco anos, publiquei um diálogo com Majid Tehranian, professor da Universidade do Havaí, natural do Irã. Analisamos e comparamos as tradições budistas e islâmicas. O professor Tehranian observou a persistência do grande preconceito contra o Islã, a idéia equivocada de que é, de certa forma, violento ou ameaçador. Ele esclareceu, por exemplo, que o verdadeiro significado de *jihad*\* é uma luta interna travada pelas pessoas em busca da elevação espiritual. Falou também das políticas de convivência com relação a pessoas de crenças turco-otomanas e da realidade histórica de que cidades européias como Sarajevo e Córdoba desfrutaram o pluralismo religioso e floresceram sob o regime muçulmano. Concordamos que na essência da civilização islâmica pode-se encontrar, em vez de intolerância, uma aspiração ao universal e um respeito pela diversidade.

Em fevereiro, será publicado em série um diálogo meu com Nur Yalman, professor de Antropologia Cultural da Universidade de Harvard. A realidade e a espiritualidade da sociedade islâmica estão entre os tópicos tratados neste diálogo, que espero venha a contribuir, de alguma forma, para abrir o caminho rumo à civilização mundial, à coexistência pacífica de toda a humanidade.

Ao longo dos anos, tive o privilégio de encontrar-me com diversas pessoas do mundo islâmico, do Oriente Médio, da Ásia e da África. Nestes encontros, percebi a existência de um profundo desejo de paz, e isso fortaleceu ainda mais a minha fé na grande maioria dos muçulmanos que buscam a coexistência harmoniosa.

A SGI como um todo tem participado ativamente de diálogos religiosos em vários foros. Logo depois dos ataques terroristas de 11 de setembro, por exemplo, reunimos representantes das crenças judaica, cristã, islâmica e budista num diálogo promovido pela Academia Européia de Ciências e Artes. Institutos filiados à SGI, tais como o Centro de Pesquisa para o Século XXI de Boston (BRC) e o Instituto de Filosofia Oriental (IFO), também têm trabalhado ativamente pelo diálogo entre culturas e religiões. Todas essas atividades abrem caminhos para a paz e indicam perspectivas e soluções para os complexos problemas mundiais.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) focaliza o tema da liberdade cultural. Contém importantes discernimentos da natureza dos movimentos coercivos que usam a violência ou ameaças para impor suas opiniões ou para a dominação cultural. O relatório observa que o foco desses movimentos coercivos "não está na solução das queixas reais das pessoas, mas em usá-las para obter apoio".<sup>16</sup>

O relatório deixa claro que é importante uma profunda consciência de que as pessoas não são movidas a praticar atos extremos simplesmente porque pertencem a uma certa religião ou nacionalidade: "Os movimentos de dominação cultural também visam a membros de sua própria comunidade, denegrindo e eliminando opiniões divergentes e questionando a integridade e a lealdade (pureza da fé ou do patriotismo)."<sup>17</sup> Em outras palavras, estes movimentos se voltarão até mesmo contra aqueles que são membros do mesmo grupo, religião ou nacionalidade. É por esta razão que medidas militares unilaterais não são uma resposta efetiva para movimentos extremistas e violentos, uma vez que, na realidade, acabam conquistando simpatia e apoio da população. É imprescindível que esforços persistentes sejam feitos para remover as causas subjacentes de instabilidade social, as insatisfações das quais os grupos extremistas se alimentam.

\* *Jihad*: No Islã, significa "lutar", "esforçar-se", ou seja, empreender uma luta contra a injustiça e a opressão.





## Educação para os direitos humanos

Para tanto, a educação é a chave.

Quando implementada devidamente (quando não é simplesmente uma ferramenta para controle social, como por exemplo nas escolas japonesas durante o regime militar antes de 1945), a educação é uma força poderosa para a mudança conscientizadora dos indivíduos e da sociedade. A educação para a cidadania mundial pode mudar a cultura de guerra de longos anos de história da humanidade em cultura de paz. Ela nos desafia a utilizar nosso potencial genuíno como usuários da linguagem (*Homo loquens*). As Nações Unidas podem servir como poderoso centro coordenador destes esforços.

O Programa Mundial de Educação para os Direitos Humanos, iniciado em janeiro de 2005, oferece uma oportunidade vital neste sentido. A necessidade de esforços globais contínuos para a educação sobre direitos humanos tem sido uma preocupação minha faz tempo. Em uma declaração escrita para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada há quatro anos em Durban, África do Sul, pedi esforços com essa finalidade. A SGI trabalha com outras organizações não-governamentais (ONGs), com agências e representantes de países-membros das Nações Unidas, para incentivar a adoção desse programa, cuja recomendação foi adotada pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas em abril de 2004, e estabelecida por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro daquele ano. Em seus três primeiros anos (2005–2007) o programa terá como foco a integração de questões sobre direitos humanos no currículo das escolas de ensino fundamental 1 e 2.

A SGI deu apoio à Década das Nações Unidas da Educação para os Direitos Humanos (1995–2004) por meio da exposição internacional "Rumo ao Século do Humanismo: Um Panorama dos Direitos Humanos no Mundo Contemporâneo". Atualmente, estão em andamento planos para a realização de uma exposição internacional itinerante em apoio ao novo programa.

O ano de 2005 também marca o início da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, uma proposta pela qual a SGI tem clamado e trabalhado em colaboração com outros membros da sociedade civil internacional. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a agência que está à frente da promoção da década, descreve sua meta como "um mundo onde todos tenham acesso aos benefícios da educação e aprendam os valores, a conduta e os estilos de vida necessários para um futuro sustentável e uma transformação social positiva".

Isto não se limita à educação ambiental, vai muito mais além. Devem ser levados em consideração desafios mundiais como a redução da pobreza e a promoção da paz, enquanto assentamos a base para esforços conjuntos a fim de edificar uma comunidade global sustentável que possamos legar com orgulho às futuras gerações.

Neste sentido, a educação para os direitos humanos, para todos os humanos, e o desenvolvimento sustentável refletem questões e objetivos entrelaçados. A comunidade mundial deve aproveitar estas iniciativas centralizadas nas Nações Unidas como importante oportunidade para dar um novo rumo à humanidade no século XXI. Clamo a todos para que trabalhem pelo seu sucesso.

## Encontro primordial

O humanismo não pode limitar-se estritamente ao ser humano. A compreensão disso é essencial se quisermos estabelecer a prática do humanismo nas condições que hoje enfrentamos.

Gostaria de citar uma vez mais as palavras de Martin Buber, cuja filosofia de diálogo foi magistralmente

expressa em sua obra *Eu e Tu*, que resiste como um clássico, há mais de oitenta anos.

Nesta obra, Buber usa as expressões incomuns "Eu-Isto" e "Eu-Tu" para contrastar as várias formas com que nos relacionamos com o mundo. A distinção entre os domínios subjetivo e objetivo — a dicotomia que reside na essência da modernidade ocidental — é vista como Eu-Isto, ao passo que Eu-Tu se refere ao tipo de encontro e relação que foge do nível superficial para comprometer todo o ser numa dimensão muito maior.

Buber declara: "Toda vida genuína é encontro."<sup>18</sup> Ele procura fugir da falsa construção Eu-Tu, que permeia a civilização moderna, para revelar a realidade do Tu. Para Buber, o Eu necessita do contexto Eu-Tu para realmente existir: o Eu precisa existir para que o Tu exista.

Este modo de pensar tem forte semelhança com o conceito budista de origem dependente (*engui*, em japonês), demonstrando a universalidade da visão de Buber sobre o diálogo.

Ouçamos as palavras silenciosas que Buber nos entrega:

*O mundo da relação se realiza em três esferas. A primeira é a vida com a natureza. Nesta esfera a relação se realiza numa penumbra como que alguém da linguagem. As criaturas se movem diante de nós sem possibilidade de vir até nós e o TU que lhes damos se depara com o limiar da palavra.*

*A segunda é a vida com os homens. Nesta esfera a relação é manifesta e explícita: podemos dar e receber o TU.*

*A terceira é a vida com os seres espirituais. Nela, a relação, ainda que envolta em nuvens, revela-se silenciosa, mas gerando uma linguagem. Não ouvimos o Tu, mas conseguimos senti-lo. Nós respondemos — criando, pensando, agindo...*<sup>19</sup>

O primeiro ponto que chama a nossa atenção é a seriedade com que Buber se prende à nossa natureza como seres que usam a linguagem (*Homo loquens*). Sua noção da linguagem como meio ou veículo necessário para o diálogo é perfeitamente equilibrada, não a valoriza de menos nem demais. Naturalmente, evita a fé excessiva na linguagem, freqüentemente um fator fundamental para o desenvolvimento do dogmatismo e do fanatismo. Mas, ele não questiona a linguagem da forma que, posteriormente, usariam muitos seguidores do estruturalismo.

Em vez disso, Buber delineia escrupulosamente a imagem do *Homo loquens*, cuja capacidade lingüística única possibilita-nos estabelecer uma relação sujeito-sujeito (Eu-Tu) com as pessoas, o mundo natural e o divino.

Isso me traz à mente um fato contado pelo romancista mundialmente renomado Tchinguiz Aitmátov. Ao longo de vários encontros e trocas de idéias, eu e Aitmátov, como grandes amigos, realizamos um diálogo que foi publicado em livro há alguns anos com o título *Ode ao Grande Espírito*. Certo dia, Aitmátov recebeu um jornalista alemão envolvido num projeto para criar um museu no espaço onde uma grande coleção de materiais representativos da civilização humana seria arquivada em microfilme e outros formatos. O jornalista leu e se impressionou com o diálogo e planejava incluí-lo no museu. Solicitou então, uma breve declaração de Aitmátov para acompanhar o livro. Depois de pensar cuidadosamente, Aitmátov escreveu: "Há vida oculta nas pedras. Somente os seres humanos podem dar significado a todas as coisas no cosmos por meio de pensamentos e palavras."<sup>20</sup> É isto que quero dizer quando me refiro ao nosso destino como *Homo loquens*.

Gostaria de observar o segundo ponto da análise de Buber. Embora ele siga a tradição judaica, fazendo uma distinção e hierarquia entre a humanidade e o restante da criação de Deus, ele reconhece que, se a unicidade do mundo da humanidade e o mundo da natureza não for aceita, o encontro Eu-Tu não ocorrerá, tampouco o diálogo genuíno será alcançado.

"Que som belo e autêntico tem o Eu de Goethe! É o Eu de uma intimidade pura com a natureza."<sup>21</sup> Ao louvar o panteístico Goethe, Buber identifica-se com São Francisco de Assis, santo do século XIII, conhecido como o



Padroeiro da Ecologia, que conversava intimamente com os pássaros, as plantas e as pedras.

Quando pensamos na crise da civilização contemporânea, é impossível deixar de dar mais ênfase à necessidade de abraçar essa idéia de diálogo entre a humanidade e a natureza, exatamente como Buber propõe. Eu próprio, quando fotografo a natureza, sinto que estou me comprometendo com o diálogo. A situação do meio ambiente é muito mais grave nos dias de hoje do que nos tempos de Buber. A necessidade dessa forma de diálogo cresce proporcionalmente. Em nossas ações por uma cultura de paz, precisamos também dedicar uma atenção similar à natureza.

É fato que nenhum esforço para fazer do século XXI uma era de respeito universal pelos direitos humanos será frutífero se não expandirmos nossa compreensão desses direitos, além da tradição antropocêntrica do humanismo moderno. Para dar aos direitos humanos pleno significado, precisamos considerar a humanidade como parte da natureza, como integrante do meio ambiente.

## Natureza, berço dos direitos

Desde meados do século XX, um coro de vozes se eleva, declarando que os direitos não são intrínsecos somente aos seres humanos, como está cuidadosamente documentado em *Os Direitos da Natureza*, de Roderick Nash, que nossa compreensão dos direitos deve ser expandida para incluir os animais, as plantas e até mesmo os minerais. Nossos tempos pedem este tipo de pensamento, e é por essa razão que há muito venho clamando para que seja considerado pela Constituição japonesa um compromisso mundial pela coexistência harmoniosa com a natureza.

O reconhecimento da natureza, não como um objeto de exploração, mas como berço dos direitos, representa mudança fundamental na civilização humana. Apesar da extrema importância dessa transição — ou, talvez, só por suas dimensões parecerem enormes — ainda é pouco o que se tem feito para garantir esta mudança.

Isto se comprova pela nossa resposta à mudança climática. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática foi adotada pouco antes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). Depois de um longo e tortuoso processo, a ratificação do Protocolo de Quioto pela Rússia em 2004 fará com que ele finalmente vigore em fevereiro deste ano.

O Protocolo de Quioto estipula a redução de pelo menos 5% da emissão de dióxido de carbono, causadores do efeito estufa, por países industrializados que fazem parte do tratado, em relação a seus níveis de 1990. Contudo, há muitas questões sérias que ainda precisam ser tratadas, incluindo a recusa dos Estados Unidos, e a formulação de uma nova estrutura orgânica para o período após 2013.

A mudança climática é um assunto para a Cúpula do G8 deste ano, que reunirá os principais países industrializados, a ser realizada em Gleneagles, na Escócia, para a qual a Índia e a China foram convidadas. A participação destes dois países certamente é bem-vinda, pois consolidaria esforços para encorajar os Estados Unidos a mudar sua posição, enquanto se formula uma estrutura substituta para o Protocolo de Quioto.

Paralelamente às negociações para a implementação da convenção, muito se tem feito, em vários países, com a finalidade de criar uma estrutura legal de transição para uma comunidade sustentável. A União Européia, por exemplo, segue na liderança desde a década de 1990, com a introdução de medidas como uma taxa ambiental para controlar emissões de gases produtores do efeito estufa e, ao mesmo tempo, abrir acesso à fontes de energia renováveis, em lugar de combustíveis fósseis.

As questões da crise ambiental global, de curto e médio prazo, já são parte da política internacional e do discurso econômico. Mas, numa análise mais profunda, essa crise precisa ser tratada de uma perspectiva a longo prazo, como algo que ameaça minar as próprias bases da sobrevivência humana.

Para frear o aquecimento global é necessário reduzir à metade a emissão total de gases nocivos. Precisamos



repensar nosso modo de vida, bem como os valores essenciais e estruturais da civilização contemporânea. O longo e difícil caminho da sustentabilidade reforça uma vez mais a importância de tomar ações no momento presente com perspectivas de longo prazo.

Mesmo que sejamos capazes de perceber e reagir a sinais de perigo específicos e individuais, não podemos prever os efeitos longe de nosso alcance, num sistema de interconexões tão vasto como o nosso. Esta é a maior dificuldade e o aspecto mais alarmante da crise ambiental.

Em novembro do ano passado, todo o Japão pôde assistir pela televisão a um documentário sobre crise ambiental: "Dias estranhos no planeta Terra." O filme apresenta conexões entre o que, a princípio, parecem fenômenos não-relacionados: doenças respiratórias no Caribe e tempestades de areia na África; deslizamentos de terra no Havaí e alterações nas florestas da América do Sul. Na verdade, todos eles são partes interligadas da crise ecológica global.

Estas conexões improváveis e conseqüências imprevisíveis são referidas como "efeito borboleta" — cadeias de conexão e causalidade, pelas quais o farfalhar das asas de uma borboleta no Brasil pode ser a causa de um tornado no Texas. Este é um dos assuntos tratados em meu diálogo com o professor Victor Antonovich Sadovnichy, reitor da Universidade Estatal de Moscou, a propósito de recursos e questões ambientais.<sup>22</sup>

Se analisarmos o passado, veremos que houve alguns anos marcados por uma série de condições climáticas extremas, desde a onda de calor mortal que irrompeu na Europa até as grandes inundações na Índia e em Bangladesh, como os furacões que devastaram regiões das Américas do Norte e Central. Muitos especialistas consideram que esse fenômeno está relacionado com a mudança do clima do planeta.

## O erro de não ouvir

Em sua obra, *A Marca de Cassandra*, Tchinguiz Aitmátov usa uma parábola para descrever o estado psicológico que prevalece entre tantas pessoas. "Suponha", ele escreve, "que um grave defeito estrutural foi descoberto numa das grandes pontes que atravessam a Baía de São Francisco. Mas ela continua aberta ao tráfego. É como se estivéssemos dizendo que enquanto a ponte conseguir se sustentar, poderá ser utilizada livremente. Quanto ao problema, que seja resolvido por alguém no futuro."<sup>23</sup>

Nesta obra que traz o nome da profetisa grega do destino, Aitmátov retrata o lado escuro da civilização contemporânea. Como nos mostra a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, que levou treze anos para tornar-se operante. Com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, os esforços internacionais são vencidos pela degradação ecológica, que avança a passos mais rápidos. Neste ritmo, a lacuna aumentará ainda mais. Precisamos prestar muita atenção à profecia de Cassandra (os vários sinais que indicam mudanças no ambiente global) e agir — a níveis local, nacional e internacional — para dar novo rumo à civilização humana, antes que essas predições de desastres se tornem realidade.

Há um outro livro com título e tema similares, *Acreditando em Cassandra: Uma Visão Otimista em um Mundo de Pessimistas*, de Alan AtKisson. Como seu título sugere, o livro é permeado de um tom esperançoso. Mesmo quando examina as várias questões ambientais, o autor evita o pessimismo apocalíptico e o dogmatismo que Alvin Toffler tem criticado como "ecoteocracia".<sup>24</sup> AtKisson se engaja na busca de uma solução para o dilema de Cassandra.

A obra considera a crise ambiental por meio da análise de sistemas, como a desconexão de dois sistemas diferentes — o mundo das questões humanas e o mundo da natureza. Neste sentido, é um problema de má comunicação, de falha humana para receber e interpretar corretamente os sinais de alerta que estão sendo emitidos pela natureza. O mundo dos humanos é capaz de ação consciente, fato que agrava a responsabilidade dos homens.

Estas talvez sejam observações sensatas, mas fiquei admirado quando AtKisson usa a terminologia dinâmicas de sistemas para frisar a importância fundamental dos ciclos de retroalimentação e sua falha de funcionamento,





enquanto essência do problema. A resposta dinâmica e flexível que AtKisson propôs é simplesmente o que se espera de um otimista empenhado.

Termos como comunicação e ciclos de retroalimentação são, de fato, sugestivos da idéia de diálogo com a natureza. Mas, conforme Buber observou, a natureza “depara-se com o limiar da palavra”,<sup>25</sup> o diálogo ou o encontro entre a humanidade e a natureza só pode ser realizado mediante esforços deliberados e sustentados por parte da humanidade, criando uma relação Eu-Tu consciente.

Pode parecer um tanto estranho referir-se à linguagem como “Eu-Tu”, com implicações espirituais, senão religiosas, para apresentar uma discussão sobre como salvaguardar efetivamente o meio ambiente natural. Mas como a frase “pensar globalmente, agir localmente” sugere, esta é uma questão que, por um lado, é extremamente concreta e, por outro, deve ser vista levando-se em conta o espaço de tempo de toda a história da civilização humana.

Pensamentos e esforços contínuos e sustentáveis são indispensáveis e, por sua vez, devem ser consolidados pela espiritualidade. A filosofia budista oferece uma base firme. Ela identifica a vida como algo universalmente presente nos seres sencientes, como os humanos e os animais, e nos seres não-sencientes, como as plantas, as montanhas, os rios e a própria Terra. O budismo ensina que mesmo os seres não-sencientes, como a grama e as árvores, têm potencial para a iluminação.<sup>26</sup>

Se carecermos da humildade para ouvir atentamente as mensagens do mundo natural, e somente reivindicarmos, de forma irresponsável, soluções de questões e necessidades do mundo humano, o ciclo de retroalimentação não funcionará e os sistemas naturais que nos sustentam entrarão em colapso. Este é o resultado final de uma relação Eu-Isto, com o mundo natural. A visão clara de Martin Buber, o filósofo do diálogo, foi capaz de atingir as várias exigências da civilização moderna.

## Sustentando o esforço

Não posso deixar de me impressionar com a percepção do presidente fundador da Soka Gakkai, Tsunessaburo Makiguti (1871–1944). Em sua obra *Jinsei Chirigaku (Geografia da Vida Humana)*, escrita quando tinha apenas 32 anos, Makiguti definiu oito formas de interação espiritual entre os seres humanos e seu ambiente: cognitiva, utilitária, científica, estética, moral, empática, pública e religiosa. Destas, as cinco primeiras tendem a considerar o ambiente como algo diferente da pessoa, simples material de experiência para expandir o conhecimento do mundo. Nas últimas três formas de interação, compreendemos que tudo o que nos rodeia, faz parte do mundo assim como nós. Makiguti considerava úteis estas formas mais íntimas de interação para ajudar a desenvolver nossa vida emocional e a nossa própria personalidade. Ele deixou escrito:

*[A qualidade das] interações entre os humanos e o mundo que nos cerca pode, a começo, ser entendida como dependendo das qualidades subjetivas da pessoa. É por meio de nossas várias interações com o mundo que desenvolvemos uma atitude plenamente equilibrada. Sendo assim, o mundo ao nosso redor, a natureza em particular, pode verdadeiramente ser a nossa luz, o nosso guia e o nosso consolo. Forjar uma variedade de interações com a natureza é essencial para que nos encontremos e lidemos com as imprevisíveis vicissitudes da vida. Pode-se dizer que nossa felicidade na vida é proporcional à extensão e intimidade de nossa interação com a natureza.*<sup>27</sup>

Embora com pequenas diferenças, há uma concordância básica entre os cinco primeiros tipos de interação humana que Makiguti formulou e o relacionamento “Eu-Isto”, e entre as três últimas formas de interação e o relacionamento “Eu-Tu” de Buber.

Quando Makiguti descreve o mundo natural como “o que nos ilumina, nos guia e nos consola”, ele está se



defrontando com a mais corajosa forma de personificação, uma expressão confiante de relacionamento entre “Eu-Tu” e a natureza.

Buber escolhe cuidadosamente suas palavras, fundamentado na tradição hebraica, sempre que fala da natureza. Em contraste, Makiguti, vivendo no ambiente espiritual mais anímico do Japão, entrega-se inteiro numa amizade mais corajosa e direta com a natureza. Sem os remorsos ou as hesitações encontrados em Buber, Makiguti vê diretamente a natureza como uma parceira.

Seja uma abordagem cuidadosa ou cautelosa, sempre descobrimos um genuíno encontro e diálogo com a natureza: um chamado e uma resposta que envolvem a personalidade. É por esta razão que Makiguti declara: “Forjar uma variedade de interações com a natureza é o melhor caminho para lidar com as imprevisíveis vicissitudes da vida.”

Prejudicar um precioso parceiro na vida é prejudicar a si próprio. O atual estado do ambiente da Terra está muito além do que Makiguti poderia imaginar em sua época. A humanidade somente pode existir se em harmonia com a natureza.

## As armadilhas da globalização

A contínua corrida para a globalização revela a ilusão da civilização contemporânea. Apesar de sua aparente promessa, na verdade, a globalização demonstra poucos sinais de um novo *ethos* mundial. É meramente uma forma de expansionismo econômico, e sua característica primária é a adoração desmedida da riqueza monetária, o que poderia ser denominada de mamonismo global. Este é o amargo resultado final da materialização “Eu-Isto” do mundo.

É claro que a moeda é um produto da sabedoria humana, essencial para facilitar nossa vida como seres sociais. Mas, convém lembrar que a moeda existe apenas como um conjunto de acordos no sistema que rege o mundo das questões humanas. No mundo das questões naturais, dinheiro nada mais é do que pedaço de papel. Pode ser uma observação exagerada, mas é essencial não perder de vista a natureza artificial da moeda.

Se estivermos confusos sobre esta questão e sucumbirmos aos encantos de Mamon, destruiremos a congruência essencial entre o sistema humano e o natural, necessário à nossa sobrevivência. A lógica desenfreada do capital gerará dissonâncias e conflitos cada vez maiores entre esses dois sistemas. Acabaremos recebendo em pagamento, as severas conseqüências da natureza.

Por esta razão, quero reafirmar a necessidade de determinação, ação, persistência e constância. A sustentabilidade não pode ser conseguida sem esforço permanente.

Foi com esta certeza que afirmei a necessidade de aprender, refletir e agir, em minha proposta para a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002. Acredito que estes três passos são decisivos para concretizar os objetivos da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Em termos concretos, a SGI realizou a exposição “Sementes da Mudança: A Carta da Terra e o Potencial Humano” (desenvolvida em conjunto com a Iniciativa da Carta da Terra) em mais de dez países. Estamos ainda planejando uma nova exposição sobre ética mundial e a Carta da Terra, que será apresentada este ano no Japão.

## Reforma e o fortalecimento das Nações Unidas

Olhando mais adiante, gostaria de propor algumas formas para avançar a onda de humanismo a partir dos sistemas internacionais e instituições. Celebramos este ano o 60º aniversário de fundação das Nações Unidas. Sessenta anos já se passaram desde o final da Segunda Guerra Mundial e o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki. Gostaria então de analisar três pontos: (1) Reforma e fortalecimento das Nações Unidas; (2) Confiança nas iniciativas de construção de paz na região Pacífico-Asiática; e (3)



Iniciativas para o desarmamento nuclear e a prevenção de conflitos.

Ano passado, dois órgãos designados pelo secretário-geral Kofi Annan submeteram suas recomendações para a reforma das Nações Unidas. Foram o Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, dirigido pelo ex-presidente da Tailândia, Anand Panyarachun; e o Painel de Personalidades Eminentíssimas, encarregado de examinar as relações entre as Nações Unidas e a sociedade civil, sob a direção do ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

O relatório do Painel de Alto Nível — “Um mundo mais seguro: nossa responsabilidade comum” — faz recomendações concretas que incluem a ampliação do Conselho de Segurança e o estabelecimento de uma nova Comissão de Construção da Paz. Também pede medidas que fortaleçam o ambiente legal e institucional com as quais as Nações Unidas possam responder a novas ameaças. As medidas propostas incluem: rápido encerramento das negociações para uma convenção mais abrangente sobre o terrorismo; utilização mais ampla e efetiva do Tribunal Penal Internacional (TPI) e critério mais claro para o uso da força. Destes, a necessidade de um organismo para auxiliar na construção da paz pós-conflito é um dos pontos que ressaltar em minha proposta do ano passado, e espero que as recomendações do painel sejam concretizadas.

A proposta de revisão do Conselho de Segurança — tema central do relatório — diz respeito à ampliação do Conselho para refletir melhor fatores como a representação regional e o nível de contribuição das Nações Unidas. É louvável em sua tentativa de facilitar maior divisão de responsabilidades e o desenvolvimento do Conselho como um órgão deliberativo de um ponto de vista mais amplo.

O secretário-geral Anan afirma que o objetivo das Nações Unidas deve ser “criar um mundo com menos ameaças e mais habilidade para enfrentá-las, visto que não estamos livres delas.”<sup>28</sup> Além de fortalecer a capacidade de solucionar problemas, isto requer uma ênfase renovada nas medidas preventivas.

Quando analisadas no contexto dos comentários do secretário-geral, as recomendações do relatório para a ampliação do Conselho de Segurança e o estabelecimento de uma nova comissão de construção de paz são, talvez, as mais adequadas para a solução dos problemas.

Considero imprescindível um compromisso preventivo para com os problemas mundiais — o objetivo de criar um mundo com menos ameaças, referido pelo secretário-geral — em minhas idéias sobre como as Nações Unidas deveriam ser reformadas para ir ao encontro das necessidades do século XXI. Acredito que o *soft power*<sup>\*</sup> do diálogo e da cooperação está na essência mesma das Nações Unidas, e que suas ações mais efetivas são as que previnem, definem paradigmas para o enfrentamento dos problemas globais, criando estruturas de colaboração.

Em primeiro lugar, gostaria de propor um papel maior para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc).

Além de promover a cooperação para o desenvolvimento por meio do debate e consultoria sobre questões econômicas e sociais internacionais, o Ecosoc vem desempenhando um papel-chave nos últimos anos, para estabelecer uma agenda de ações prioritárias das Nações Unidas, canalizando energias para questões como a luta contra a pobreza e administrando os efeitos da globalização.

A partir das experiências do Ecosoc até o momento, espero que qualquer reestruturação e reforma das Nações Unidas dê prioridade a quatro funções de *soft power*: (1) Identificar e priorizar as questões que a comunidade internacional deve tratar; (2) estabelecer padrões e objetivos para a cooperação internacional; (3) coordenar e fortalecer o valor das várias atividades das Nações Unidas; e (4) recolher e divulgar as informações sobre as melhores práticas entre as agências das Nações Unidas.

Parte de minhas razões para realçar a importância destas funções é que as Nações Unidas mudaram em muitas instâncias para lidar com problemas globais, como a pobreza e o meio ambiente, só depois que eles

\* *Soft power*: Conceito criado por Joseph Nye, um dos maiores estudiosos das relações internacionais, e por outros, para descrever a força motriz que advém da influência ideológica e cultural, em oposição a *hard power* ou a utilização de instrumentos militares e econômicos para coagir os demais.



atingiram proporções críticas. Para mudar dessa abordagem *ex post facto* e reinventar-se como um organismo preocupado com a prevenção e com um mundo com menos ameaças, as Nações Unidas precisarão fortalecer suas habilidades de *soft power*.

Como parte da reestruturação de 1997, as várias agências da ONU foram agrupadas por suas missões: paz e segurança, questões sociais e econômicas, questões humanitárias e desenvolvimento, com comitês executivos para cada uma delas. Acima destes está o Grupo de Administração Sênior, que inclui os convocadores de cada comitê executivo que se encontram regularmente, formando o gabinete do secretário-geral.

Para desenvolver esses esforços que ajudarão as Nações Unidas a cumprir as quatro funções de *soft power*, identificadas antes, há necessidade do que poderia ser denominado de “painel de coordenação de governança global”, cujos trabalhos poderiam estar intimamente ligados às deliberações e tomada de decisões do Ecosoc. Um grupo de trabalho formado por ONGs com experiências relevantes poderia apoiar as atividades desse painel; as informações e a colaboração dessas organizações ajudariam a criar uma consciência comum dos problemas e atrair a atenção pública para as questões importantes. Fortalecendo assim esse sistema global de divulgação de informação e coordenação de atividades, o painel poderia refletir a natureza complexa e interdependente dos problemas mundiais.

A finalidade prioritária dessas reformas estruturais é atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), levando em conta as questões que põem em risco sua realização até 2015, data já marcada. Pesquisas do Banco Mundial mostram que o índice de pessoas que vivem em extrema pobreza (com menos de um dólar por dia), diminuiu quase à metade entre 1981 e 2001 — de 40% para 21% da população mundial. E teve ainda um declínio absoluto de 400 milhões de pessoas, apesar do rápido crescimento populacional. Como mostram as estatísticas, alcançar os ODM pode ser difícil, mas não é impossível. Requer simplesmente uma forte determinação por parte da comunidade internacional.

Uma reunião plenária de alto nível da Assembléia Geral das Nações Unidas<sup>29</sup> para rever de forma abrangente a implementação da Declaração do Milênio e o progresso para se alcançar os ODM, está programada para setembro. Faço um apelo aos governos e chefes de Estado do mundo, reunidos nessa ocasião, que reiterem seu compromisso para com o objetivo de livrar nosso mundo de sofrimentos desnecessários.

## O papel da sociedade civil

Em conjunto com a reestruturação destinada a criar as capacidades de *soft power* das Nações Unidas, gostaria de propor reformas que fortaleçam a parceria entre essa instituição e a sociedade civil.

Neste sentido, muitos conceitos estimulantes foram propostos no relatório do Painel de Personalidades Eminentíssimas, sob direção do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, *Nós, os Povos: a Sociedade Civil, as Nações Unidas e a Governança Global*. O relatório propõe que as Nações Unidas mobilizem e coordenem a cooperação externa, em vez de lidarem sozinhas com os problemas. Para este fim, as Nações Unidas devem ser uma “organização capaz de olhar para fora dela”,<sup>30</sup> de reunir os atores relevantes para resolver as diferentes questões.

Um pré-requisito para o êxito desses esforços certamente deve ser a construção de parcerias íntimas entre as Nações Unidas e a sociedade civil e, em particular, com as organizações não-governamentais.

Comparando o mundo de 1945, ano de fundação das Nações Unidas, com o mundo de hoje, vemos que os problemas de escala global aumentaram e que há um número excessivo de ONGs para lidar com eles. Não podemos ignorar essas significativas transformações. Confinar a discussão somente à reforma interna das Nações Unidas limitaria os benefícios de qualquer reestruturação.

Cada vez mais se faz imprescindível que as vozes dos povos do mundo sejam ouvidas de forma mais nítida



pelas Nações Unidas. Por exemplo, os outros principais organismos da ONU deveriam adotar o sistema de conceder às ONGs o status de órgãos de consultoria, atualmente usado pelo Ecosoc.

Durante muitos anos, as ONGs puderam observar as sessões da Assembleia Geral e ter acesso a importantes documentos, mas não podiam fazer declarações em plenário. Na série de sessões especiais da Assembleia Geral ocorridas durante a década de 1990, representantes das ONGs puderam discursar e tomar parte nas discussões intergovernamentais a nível ministerial.

Ainda no Conselho de Segurança, uma prática conhecida como Encontro Arria Formula<sup>31</sup> tem sido utilizada desde 1992, pela qual um membro do Conselho pode convidar, entre outros, representantes de ONGs para discursar na reunião informal de membros do Conselho sobre questões de preocupação mútua.

Com base nessas experiências, é preciso que ações sejam empreendidas para garantir que esse direito das ONGs em relação ao Ecosoc (participar em debates como observadores sem voto e propor itens nas agendas) seja também estendido às relações com a Assembleia Geral e com o Conselho de Segurança.

Em 1963, o presidente norte-americano John F. Kennedy disse na Assembleia Geral: "Meus companheiros, habitantes deste planeta: vamos nos encontrar aqui nesta assembleia de nações. E veremos se nós, em nosso tempo, podemos conduzir o mundo para uma paz justa e duradoura."<sup>32</sup>

Por ocasião do 60º aniversário das Nações Unidas, vamos nos lembrar das palavras de Kennedy, ao mesmo tempo em que reafirmamos o nosso compromisso de defender o espírito da Carta das Nações Unidas, que se inicia com a comovente frase "Nós, os povos...". Para o bem de nosso planeta, para o bem da humanidade, aproveitemos ao máximo essa oportunidade, declarando toda a nossa inteligência e convicção para enfrentar os desafios da reforma e do fortalecimento das Nações Unidas.

## Por um escritório das Nações Unidas na região Pacífico-Asiática

Em segundo lugar, trago algumas idéias para a construção das bases da paz e da confiança na região Pacífico-Asiática. Proponho a criação de um escritório das Nações Unidas nessa área como uma nova base. Isto marcaria o início de um novo esforço para fortalecer o espírito humano na região, tornando-o exemplo para o objetivo das Nações Unidas de construir um mundo com menos ameaças.

Atualmente, além da sede das Nações Unidas em Nova York, há escritórios em Genebra, Viena e Nairóbi. Essas três cidades são a sede de vários escritórios e agências das Nações Unidas, cada qual com foco numa gama diferente de preocupações — direitos humanos e desarmamento em Genebra, prevenção ao crime e comércio internacional em Viena, e meio ambiente e habitat humano em Nairóbi.

Já em uma proposta anterior (1994), falei sobre a possibilidade de as Nações Unidas terem uma base regional na Ásia. Agora, amplio a idéia e abraço também a região do Pacífico, que inclui países-chave de apoio às atividades das Nações Unidas, como o Canadá e a Austrália. Como muitas das atividades da ONU estão dirigidas às necessidades particulares dos países da Ásia, essas relações poderiam gerar valiosa sinergia.

Além disso, o Japão, que tanto é um país asiático como se encontra na região do Pacífico, é sede da Universidade das Nações Unidas (UNU), cujas pesquisas e atividades em anos recentes centralizaram-se em duas áreas: (1) paz e governança; e (2) meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Um escritório das Nações Unidas nessa região poderia formar um núcleo com laços orgânicos com a UNU e outras instituições da região. Suas energias poderiam visar à efetivação da segurança humana e aos esforços centralizados nas Nações Unidas para a construção de estruturas de governança mundial, que possibilitem às



peças viver com segurança e de maneira plena. O Ecosoc, que atualmente se reúne para suas sessões de quatro semanas alternadamente em Nova York e Genebra, poderia considerar a inclusão de um escritório na região Pacífico-Asiática dentro desse rodízio.

Um possível local para esse escritório seria Bangcoc, que hoje sedia a Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (Unesap). Outro local poderia ser Okinawa, no Japão, ou a Ilha de Cheju, na Coreia do Sul. Após suportar a indescritível miséria do conflito armado, esses dois locais poderiam ser considerados "ilhas da paz", cujos povos mantêm profundas aspirações por um mundo sem guerras.

O Instituto Toda para a Paz Global e Pesquisa Política tem as questões de segurança humana e governança global como um de seus maiores projetos. Visando ao seu 10º aniversário, em fevereiro de 2006, o Instituto planeja sediar uma conferência internacional, que terá como focos o fortalecimento das Nações Unidas e a governança global, e desenvolverá um programa de pesquisa conjunto com outras instituições sobre a viabilidade de estabelecer um escritório das Nações Unidas na região Pacífico-Asiática.

## Rumo à integração do Leste Asiático

Outra questão que gostaria de discutir é o estabelecimento das bases de uma espécie de integração regional no Leste Asiático, da mesma forma que faz a União Européia e o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).

Desde a crise econômica e financeira que abalou o Leste da Ásia em 1997, surgiram incessantes apelos por maior cooperação regional centralizada na Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean). Um projeto de diálogo intra-regional constituído pelos dez países da Asean mais a China, o Japão e a Coreia do Sul (Asean+3) já está hoje bem desenvolvido. Em contrapartida, em novembro de 2004, uma cúpula de líderes da Asean decidiu sediar a primeira Reunião de Cúpula do Leste Asiático na Malásia, no próximo outono. Espera-se que as discussões que serão travadas incluam mudanças favoráveis a uma maior integração, visando a um eventual estabelecimento de uma "Comunidade do Leste Asiático".

Como pessoa que já defendeu, em todas as oportunidades possíveis, uma maior integração da Ásia, darei boas-vindas a essas mudanças e espero que a Cúpula e outros encontros iluminem o objetivo de construir uma comunidade regional aberta ao resto do mundo e que contribua para a paz, a estabilidade e a prosperidade.

Questões como a integridade ecológica, o desenvolvimento humano e estratégias para enfrentar desastres são passíveis de uma cooperação intra-regional. Uma colaboração bem-sucedida forja a confiança e abre caminho para a formação de uma comunidade regional.

Na área do meio ambiente, projetos como a Rede de Monitoramento de Chuvas Ácidas no Leste Asiático (Eanet) e a Parceria de Florestas da Ásia (AFP) já estão em andamento. Outras estruturas cooperativas deveriam ser desenvolvidas para enfrentar toda a espécie de desafio ambiental.

Na área do desenvolvimento humano, a higiene e a saúde pública são uma questão particular. O período de 2005 a 2015 foi designado como "Década Internacional para Ação: Água, Fonte de Vida",<sup>33</sup> e espero que se fortaleçam iniciativas como a Parceria Ambiental para a Água na Ásia (Wepa) a fim de proteger e administrar os recursos hídricos. Como a infecção pelo HIV cresce rapidamente na Ásia, a canalização de recursos para combater o vírus também é um ponto crítico.

As estratégias para amenizar os desastres naturais são motivos ponderáveis para a cooperação regional. O grande terremoto que destruiu a cidade de Bam, no sudeste do Irã, em dezembro de 2003; o que abalou a Província de Niigata, no Japão em outubro último; e as mortes de 200 mil pessoas no terremoto e posterior tsunami no Oceano Índico em dezembro do ano passado — todos esses desastres salientam a grande necessidade de um sistema de reconstrução internacional.



Neste mês, uma década após o terremoto que matou mais de seis mil pessoas em Kobe, no Japão, foi realizada nessa cidade a Conferência Mundial sobre Redução de Desastres. Os delegados da Conferência adotaram o Marco de Ação de Hyogo para os próximos dez anos, que estabelece uma lista de cinco objetivos-chave, entre eles, "assegurar que a redução do risco de desastre seja prioridade nacional e local com forte base institucional".<sup>34</sup> Outro resultado da Conferência foi um acordo para estabelecer uma plataforma de reconstrução internacional que apóie os esforços de recuperação de médio e longo prazo e de reconstrução das sociedades abaladas por esses desastres.

Infelizmente, é impossível eliminar totalmente os desastres naturais. É, portanto, imprescindível, como concluiu a conferência de Kobe, promover esforços para a redução de desastres que minimizem os danos causados, colocando em ação sistemas de alerta e fortalecendo a capacidade de resposta. Espero que a nova plataforma de reconstrução internacional se torne ativa o mais cedo possível, e que se façam ver progressos substanciais nos vários sistemas de cooperação para a prevenção de desastres e de auxílio de reconstrução na Ásia. Importante prioridade: um sistema de alerta — necessidade que se tornou dolorosamente clara no tsunami do Oceano Índico.

Estou convencido de que a União Européia é um modelo para uma espécie de integração regional que possa beneficiar imensamente a Ásia. O ano que passou testemunhou um relançamento efetivo da União Européia, após sua ampliação para 25 Estados-Membros. Isso coincidiu com a assinatura da Constituição da União Européia. Juntos, esses fatores representam um grande passo para a criação de uma comunidade política que transcenda os conceitos tradicionais de soberania nacional.

Joseph Nye, ex-decano da Escola de Governo John F. Kennedy, da Universidade de Harvard, oferece esta análise: "Oito dos novos membros são ex-países comunistas que ficaram presos atrás da Cortina de Ferro por quase meio século. A integração deles à União Européia é um sinal do apelo — o *soft power* — da idéia da unificação européia."<sup>35</sup>

O *soft power* é diametralmente oposto ao uso e à ameaça do poderio militar para dominar e coagir e que desempenhou um papel predominante ao moldar a história humana até o momento. Assumindo a forma do diálogo e da cooperação regional, fundamentado em gradual, mas tenaz, processo de construção do consenso, o *soft power* foi a chave da integração européia.

Na Europa, a França e a Alemanha trabalharam para superar uma história de conflitos em duas guerras mundiais e construíram um relacionamento de confiança e cooperação que se tornou a força motriz por trás da integração. Da mesma forma, laços mais fortes de amizade entre a China, o Japão e a Coreia do Sul podem ser fundamentais para desbravar o caminho de uma comunidade unida e integrada que torne uma guerra no Leste Asiático algo impensável.

## Intercâmbio de jovens: base para a paz duradoura

Nas conversações entre os líderes desses três países em novembro último, chegou-se a um acordo denominado Estratégia de Ação para a Cooperação Trilateral, destinado a não apenas fortalecer a cooperação em áreas como proteção ambiental, administração e prevenção de desastre, mas também a promover intercâmbios culturais entre os povos.

Em termos de iniciativas concretas, o programa Erasmus da União Européia oferece um modelo de intercâmbio de estudantes que poderia ser aproveitado com sucesso pela China, Japão e Coreia do Sul. O Erasmus consiste de uma série de programas interuniversitários que têm como meta fazer com que 10% de todos os estudantes dos países participantes tenham a experiência de estudar em instituição de ensino superior de outro país.

A experiência da União Européia revela várias questões que devem ser superadas a fim de se construir com



sucesso uma infra-estrutura correspondente para os intercâmbios de estudantes do Leste Asiático. Isso incluiria: assegurar o financiamento necessário para o intercâmbio de estudantes, reduzindo a preocupação de viver e estudar em outro país e acabando com as incertezas quanto ao reconhecimento de créditos e qualificações.

Eu mesmo, já faz tempo, sou um proponente entusiasta dos intercâmbios educacionais. Os jovens conduzem as esperanças de nosso futuro comum e acredito firmemente que as relações forjadas entre pessoas de diferentes países, em sua juventude, podem construir o alicerce para uma paz duradoura.

Sob os auspícios do Programa de Mobilidade Universitária na Ásia e no Pacífico (Umap), desde 1993 já ocorre o intercâmbio de estudantes e professores entre instituições de ensino superior. Acredito que deva ser ampliado, até um dia surgir um programa educacional de intercâmbio de jovens entre todos os países da Ásia. Isto seria muito importante para estabelecer as bases de uma coexistência pacífica e duradoura na região.

Já existem boas condições para se construir uma rede interuniversitária ligando a China, a Coreia e o Japão e que poderia atuar como precursora de uma estrutura maior. Hoje, a China está atrás somente dos Estados Unidos no ranking de acordos de intercâmbio com universidades japonesas, e a Coreia está em terceiro. No Japão, os estudantes chineses de intercâmbio em universidades e escolas técnicas são mais numerosos dos que os de qualquer outra nacionalidade. E novamente, a Coreia vem logo depois da China.

Fiquei muito orgulhoso quando a Universidade Soka, em 1975, tornou-se a primeira no Japão a aceitar estudantes de intercâmbio da China, após a normalização das relações diplomáticas. Atualmente, a Universidade Soka mantém intercâmbios com 90 universidades em 41 países e territórios do mundo. Isto inclui 22 universidades na China e 5 na Coreia. A Universidade Soka tem planos de abrir um novo campus em Pequim no final de 2005, em antecipação a uma expansão ainda maior dos intercâmbios educacionais.

De sua parte, a Soka Gakkai no Japão vem trabalhando para criar laços mais estreitos entre seus jovens e a Federação dos Jovens da China (ACYF), da qual fazem parte 300 milhões de jovens chineses. Desde que uma delegação conduzida pelo atual presidente da China, Hu Jintao (na época, presidente da ACYF) veio ao Japão e assinou um protocolo de intercâmbio vinte anos atrás, delegações de estudantes têm visitado ambos os países regularmente. Um novo acordo de dez anos foi formalmente assinado em 2004.<sup>36</sup>

Este também é o Ano da Amizade Nipo-Coreana, comemorando 40 anos desde a normalização das relações entre o Japão e a Coreia do Sul. Isto oferece uma excelente oportunidade para um maior desenvolvimento das relações amigáveis que, em anos recentes, presenciaram um marcante crescimento na interação cultural e no movimento de pessoas.

Minha esperança é que 2005 seja um novo início nas relações entre a China, o Japão e a Coreia do Sul. Sessenta anos após o final de Segunda Guerra Mundial, devemos trabalhar para apoiar e encorajar os tão aguardados intercâmbios entre jovens de nossos respectivos países, baseados na vontade de confrontar e aprender com as lições do passado.

## Apoio às conversações entre as seis partes

Ao mesmo tempo em que constroem relações amigáveis uns com os outros, por meio desses programas e de outras iniciativas, acredito que esses três países podem trabalhar juntos, numa busca coordenada para romper o impasse em relação ao desenvolvimento de armas nucleares pela Coreia do Norte.

O Sudeste da Ásia já possui um Tratado de Zona Livre de Armas Nucleares (o Tratado de Bangcoc), que entrou em vigor em 1997. Uma zona similar deveria ser criada no Nordeste da Ásia; o pré-requisito para isso deveria ser o sucesso das conversações entre as seis partes, envolvendo os Estados Unidos, a Rússia, o Japão, a China, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul e a solução da questão das armas nucleares da Coreia do



Norte. As conversações das seis partes foram inicialmente realizadas em agosto de 2003, e a segunda e terceira rodadas de negociação ocorreram em 2004. Contudo, as conversações até agora falharam, não tiveram resultados concretos, e a falta de calendário para as rodadas seguintes está causando crescente preocupação na comunidade internacional.

Como forma de sair deste impasse, sugiro que o grupo de trabalho estabelecido para discutir procedimentos específicos para o desmantelamento do programa nuclear da Coreia do Norte seja convertido em órgão permanente. Poderia ser sediado em Pequim, local das últimas sessões, ou em Nova York, sede das Nações Unidas. Este grupo foi criado na segunda reunião entre as seis partes, realizada em fevereiro de 2004, e seu papel, definido na terceira sessão em junho do mesmo ano. Mas ainda não se reuniu.

Para facilitar o funcionamento desse grupo de trabalho, seria propício fixar um local para discussões informais, onde os países que voluntariamente abandonaram seus programas de armas nucleares fossem convidados, e houvesse uma ampla troca de opiniões sobre as garantias de segurança da região.

De qualquer forma, devemos reviver as conversações entre as seis partes e continuar a realizar esforços para desnuclearizar a Península Coreana. As conversações entre as seis partes devem ser conduzidas como um foro para a construção da paz no nordeste da Ásia.

## Força para o desarmamento nuclear

O terceiro tema que gostaria de discutir refere-se aos passos a serem tomados para o desarmamento nuclear e a prevenção de conflitos.

Creio firmemente na necessidade de ações rápidas por parte das potências nucleares para reduzir e desmantelar seus arsenais existentes e fortalecer o regime de não-proliferação de armas nucleares.

Este ano marca o 60º aniversário do lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, as únicas ocasiões em que armas nucleares foram usadas em uma guerra. É também o 50º aniversário do Manifesto Russell-Einstein, o apelo internacional pela abolição do poder atômico.

Somente um dos onze signatários deste manifesto ainda vive, o Prêmio Nobel da Paz e presidente emérito das Conferências Pugwash sobre Ciência e Questões Mundiais, Sir Joseph Rotblat. Atualmente, está em preparativos a publicação de um diálogo que mantive com Sir Joseph. Em nossos encontros, ele expressou sua profunda preocupação sobre a falta de qualquer progresso no desarmamento nuclear. Ele também deplorou os novos programas atômicos iniciados pelas potências nucleares, apesar do "inequívoco comprometimento dos Estados nucleares de alcançar total eliminação dos seus arsenais, levando ao desarmamento", como está expresso no Documento Final da Conferência de Revisão das Partes do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) de 2000.<sup>37</sup>

Em discurso na 54ª Conferência Pugwash, outubro de 2004, Sir Joseph advertiu que "a proliferação das armas nucleares não poderá ser detida enquanto os Estados possuidores dessas armas arrogarem-se a posse delas e se recusarem a entrar em negociações abrangentes para a sua eliminação...".<sup>38</sup>

Concordo plenamente. Ainda que o documento final não dê legalmente caráter obrigatório, ele reflete o consenso dos Estados participantes do TNP, e estipula que desrespeitar este risco é minar a base do Tratado e acelerar as tendências da proliferação nuclear.

A Conferência de Revisão do TNP em 2005 está programada para maio. Solicito urgentemente aos cinco Estados que possuem armas nucleares, membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que comecem rapidamente o processo de desarmamento, lembrando-se do curso dos eventos que conduziram, dez anos atrás, à prorrogação indefinida do TNP.

Durante os últimos anos, as questões envolvendo a não-proliferação de armas nucleares foram um desafio



crítico nos encontros de cúpula. O Plano de Ação do G8 para Não-Proliferação, cujo objetivo é evitar o desvio ilícito de matérias e tecnologia nuclear, foi adotado na Cúpula de Sea Island em 2004.

Medidas efetivas para reduzir as armas, tomadas de boa fé pelas potências nucleares, são essenciais para que os esforços como o Plano de Ação do G8 e a Iniciativa de Segurança de Proliferação sejam vistos pela comunidade internacional como convincentes e possíveis, inspirando uma cooperação em bases amplas, para que sejam bem-sucedidas.

Durante muitos anos, as negociações para a redução do arsenal nuclear tomaram a forma de conversações bilaterais entre os Estados Unidos e a União Soviética ou a Rússia. Entretanto, com a recente estagnação desse processo, creio que seja necessário nos afastarmos dessa abordagem e iniciarmos um novo processo de desarmamento multilateral.

O fato de que, durante muito tempo, não tivemos nenhuma perspectiva de reduzir ou eliminar os arsenais nucleares, fortalece o perigo da proliferação, não apenas das armas nucleares, mas também de outras armas de destruição em massa, com o resultante aumento de tensões militares. A não-proliferação nuclear e o desarmamento nuclear são inseparáveis: quando avançarem juntos, nosso mundo dará grandes passos em direção à paz estável.

Como os esforços de não-proliferação nuclear são monitorados pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), creio que precisamos de uma agência internacional para o desarmamento nuclear, um organismo capacitado para supervisionar a realização do já mencionado "inequívoco comprometimento dos Estados nucleares de alcançar a total eliminação dos seus arsenais, chegando ao desarmamento".

Há muitos anos estão paralisadas na Conferência sobre Desarmamento, sem progresso algum, as negociações do Tratado de Proibição da Produção de Materiais Físseis (FMCT). Precisamos reviver esse processo, desejando que a Índia e o Paquistão — que possuem armas nucleares e não são signatários do TNP —, assim também Israel, juntem-se a ele, engajando-os em sistemas internacionais para controle das matérias nucleares utilizadas em armamentos.

## Restringindo o comércio de armas

É meu dever pedir a conclusão mais breve possível dos controles legais multilaterais sobre o comércio de armas. Em minha proposta de 1999, dei ênfase à urgência de restringir esse comércio e evitar o fluxo de armas para as regiões em conflito prolongado, ou com intensos confrontos e tensão, como fatores do processo de desinstitucionalização da guerra.

Cresce em todo o mundo o coro de vozes que clamam por essa restrição. A campanha "Armas Sob Controle" foi lançada em outubro de 2003, defendendo legalmente o controle obrigatório de armas em todos os níveis. Três ONGs — a Anistia Internacional, a Oxfam e a Rede de Ação Internacional contra Armas de Pequeno Porte — estão trabalhando em conjunto para promover esta campanha, apelando aos governos para concluir um tratado que limite o fluxo de armas leves no próximo ano.

Atualmente, há cerca de 600 milhões de armas de pequeno porte no mundo, e mais de 500 mil pessoas são mortas por armas convencionais todos os anos. As Nações Unidas realizaram a primeira Conferência sobre o Tráfico Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves em Todos os seus Aspectos em 2001, e adotou um programa de ação para "prevenir, combater e erradicar" este comércio.

Além destas medidas contra o comércio ilegal de armas, também deve ser efetivada uma estrutura reguladora tão logo possível, para lidar com as exportações autorizadas de armas, de acordo com seu impacto e magnitude: um surpreendente valor anual de 21 bilhões de dólares.

Exportar armas para as regiões em crescente tensão, legal ou ilegalmente, insulta qualquer ação para evitar



conflitos. Alimentar as corridas armamentistas locais e regionais também causa impacto negativo na segurança humana, desviando para gastos militares recursos destinados a serviços básicos, como educação e saúde pública, absolutamente necessários ao povo.

De acordo com a campanha “Armas Sob Controle”, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança são responsáveis por 88% das exportações mundiais de armas convencionais. Nos últimos quatro anos, as receitas dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França com a exportação de armas para a África, Ásia, Oriente Médio e América Latina foi superior aos gastos destes países com ajuda humanitária.

É imperativo que a humanidade grite pela não institucionalização da guerra no século XXI. O primeiro passo para isto é aprender a resistir à tentação de usar a guerra e os conflitos civis como forma de exploração, lucros e influência política em outros países.

Já comentei a participação da China e da Índia nas deliberações sobre mudanças climáticas, que serão realizadas este ano durante a reunião de cúpula do G8 em Gleneagles. Com o mesmo espírito, proponho que se discuta um projeto para o fortalecimento de controle de armas de pequeno porte numa reunião entre os G10.

Ano passado, tive a felicidade de me encontrar com o ex-presidente da Índia, Kocharil Raman Narayanan. Um dos temas que discutimos foi a crescente importância da China e da Índia no mundo. Hoje, seria virtualmente impossível considerar soluções para os desafios globais sem o envolvimento desses países.

Distingui a importância de ambas as nações para o século XXI em minha proposta de paz quatro anos atrás. É minha convicção que a herança espiritual, na qual ambas as civilizações, chinesa e indiana, estão enraizadas, quando florescer como um *soft power* no mundo contemporâneo, trará grandes contribuições para a criação da paz na Ásia e no mundo.

Também se baseia nesta idéia a minha proposta de 1998, pela qual as reuniões de cúpula do G8 deveriam ganhar corpo de “reunião de cúpula de Estados responsáveis”, com a participação da China e da Índia.

Mesmo que a preparação de uma reunião de cúpula de um G10 possa levar algum tempo, apelo para que a questão das armas de pequeno porte seja discutida durante a reunião de cúpula em Gleneagles este ano, e que as negociações para um tratado que reúna as principais potências sejam iniciadas prontamente, enquanto trabalhamos para a segunda Conferência sobre o Comércio Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves e em Todos os Seus Aspectos, programada para o próximo ano.

## Educação para o desarmamento

Não posso me calar sobre a importância da educação para o desarmamento e a não-proliferação de armas. Em anos recentes, cresce o apreço popular pela necessidade de um trabalho pela conscientização, particularmente entre as gerações mais jovens. Isto é essencial, se quisermos conter a tendência cada vez mais acelerada da proliferação nuclear e respirar vida nova na atual estagnação do processo do desarmamento.

Em 2001, o secretário-geral Kofi Annan designou um grupo de trabalho de especialistas governamentais de dez países. O produto de suas deliberações, o Estudo das Nações Unidas para a Educação para o Desarmamento e a Não-Proliferação, foi aprovado pela 57ª Sessão da Assembleia Geral em 2002.

A importância da educação para o desarmamento ganhou notoriedade na Primeira Sessão Especial sobre Desarmamento da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1978. Em minha proposta contendo dez itens, escrita para aquela sessão, sugeri a promoção da educação para o desarmamento a nível popular, ressaltando a importância do significado da informação para o público em geral, de maneira concreta e convincente, sobre a atrocidade da guerra e dos horrores das armas nucleares.

Em 1982, as Nações Unidas lançaram a Campanha Mundial de Desarmamento, que durou dez anos. Em

apoio a essa campanha, a SGI realizou a exposição “Armas Nucleares: Ameaça ao Nosso Mundo”, em junho do mesmo ano na sede das Nações Unidas em Nova York, em colaboração com o Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas e as cidades de Hiroshima e Nagasaki. A exposição excursionou pelo mundo, visitando potências nucleares e países com diferentes sistemas sociais e ideologias, e foi vista por aproximadamente 1,2 milhão de pessoas.

Mesmo após o término da Guerra Fria, continuamos a organizar exposições como “Guerra e Paz: Do Século de Guerras para um Século de Esperança”, e outra exposição antinuclear mais atualizada, “Armas Nucleares: Ameaça à Humanidade”, reunindo milhões de pessoas em seu anseio comum pela paz e criando ímpetus para um mundo sem guerras.

Em 1998, realizamos a exposição “Linus Pauling e o Século XX”. Ela apresenta a vida e as idéias do Dr. Pauling e presta homenagem às suas contribuições para a paz e as causas humanitárias. Foi vista nos Estados Unidos, no Japão e em vários países europeus por mais de um milhão de pessoas.

A exposição sobre o Dr. Pauling foi sempre recebida com entusiasmo. Jayantha Dhanapala, na época subsecretário das Nações Unidas para Questões sobre Desarmamento, comentou que o conceito de educação para o desarmamento, alma desta exposição, está de acordo com o das Nações Unidas e se reflete numa resolução da Assembleia Geral em 2000. A exposição também foi mencionada no relatório do secretário-geral sobre educação para o desarmamento e não-proliferação, submetido à Assembleia Geral do ano passado.

É exatamente porque ameaças emergentes como o terrorismo aumentaram a instabilidade no mundo, que a comunidade internacional deve se empenhar, de forma segura, para que o nosso mundo encontre o caminho da paz. A educação para o desarmamento e a não-proliferação pode desempenhar um papel fundamental.

Em seu prefácio para o relatório, o secretário-geral Kofi Annan observou: “É comovente para alguém de minha geração pensar que toda uma nova geração de seres humanos está amadurecendo sem o terror onipresente da catástrofe nuclear.”<sup>39</sup> Ele prossegue advertindo contra os perigos de se permitir que a ignorância e a complacência pela falta de consciência contra o desarmamento se enraíze entre a geração mais jovem.

Realmente, se isso acontecer, nenhuma linguagem protocolar será suficiente para solidificar uma tendência genuína rumo à paz. Neste sentido, penso que precisamos incorporar ativamente o desarmamento e a não-proliferação já no ensino escolar fundamental.

Uma das recomendações no relatório do secretário-geral sugere planos de lições participativas baseadas em “estudos de casos que estimulem os estudantes a pensar de forma crítica, ações específicas de acompanhamento, que produzam mudança global positiva.”<sup>40</sup> Recomenda também programas de estudos de paz nos currículos do ensino médio e universitário.

A educação escolar complementar representa os esforços de elevar a conscientização em cada setor da sociedade. De nossa parte, a SGI insistirá nas atividades para promover a educação conscientizadora pelo desarmamento e a não-proliferação. Para isso, extraímos nossa coragem da declaração que reclama a abolição das armas nucleares divulgada pelo segundo presidente da Soka Gakkai, Jossei Toda (1900–1958), que foi uma das mais importantes instruções que ele deixou a seus sucessores.<sup>41</sup>

O ano de 2005 marca o 75º aniversário de fundação da Soka Gakkai. Desde o seu início, a Soka Gakkai vem se dedicando com perseverança, na construção de uma sociedade pacífica por meio da educação. Por isso mesmo foi denominada Soka Kyoiku Gakkai (Sociedade Educacional para Criação de Valores) e notáveis educadores foram seus dois primeiros presidentes, Tsunessaburo Makiguti e Jossei Toda.

Este comprometimento imutável impulsiona nossa entrega nas atividades de apoio a dois projetos internacionais lançados este ano: o Programa Mundial de Educação para os Direitos Humanos e a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.





## A eterna vitória da humanidade

Vou concluir: reafirmo o espírito fundamental da SGI neste momento em que celebramos nosso 30º aniversário.

Durante estas três décadas, cada integrante da SGI realizou incansáveis esforços baseados em sua fé budista e como cidadãos responsáveis, para plantar a esperança e construir a confiança em suas sociedades. Estes esforços possibilitaram que a rede global de humanismo da SGI se expandisse de 51 para 190 países e territórios.

O espírito que impregna nossas ações está sintetizado nos propósitos e princípios da Carta da SGI adotada há dez anos:

“A SGI contribuirá para a paz, a educação e a cultura, pela felicidade e o bem-estar de toda a humanidade, inspirada no respeito budista à dignidade da vida.”

“A SGI respeitará a diversidade cultural e promoverá intercâmbios culturais para criar, dessa forma, uma sociedade internacional de cooperação e compreensão mútua.”

“A SGI contribuirá para a promoção da educação, da busca da verdade e também do desenvolvimento da ciência para capacitar as pessoas a cultivar seu caráter e desfrutar uma vida plena e feliz.”

Fundamentado neste compromisso para com a paz, a cultura e a educação, os membros da SGI em tantos lugares do mundo continuam a trabalhar pelo diálogo franco, em suas famílias, comunidades e sociedades. Procuramos criar uma força mundial de paz e de coexistência pacífica.

Encontramos nossa inspiração da fé inabalável que os presidentes Makiguti e Toda depositaram na força da educação para unir os homens em sua bondade, certos de que este é o caminho correto e infalível para a eterna vitória da humanidade. Gravando em nosso coração o profundo espírito de nossos mestres, reafirmamos a nossa determinação de intensificar a corrente de solidariedade entre os cidadãos conscientes, partilhando e propagando um compromisso dinâmico para com a paz e o humanismo.

## notas

- |   |   |   |
|---|---|---|
| 1. Tagore, 1921, pág. 33.                 | 15. Mandela, 2004, pág. 43.             | 28. <i>Kokusaimondai</i> , 2004, pág. 5.  |
| 2. Buber, 1947, pág. 40.                  | 16. UNDP, 2004, pág. 77.                | 29. Nações Unidas, 2004f.                 |
| 3. Willens, 1984, pág. 27.                | 17. <i>Ibidem</i> , pág. 75.            | 30. Nações Unidas, 2004g.                 |
| 4. Takeyama, 1953, pág. 189.              | 18. Buber, 1996, pág. 62.               | 31. Paul, 2003.                           |
| 5. Hermanns, 1983, pág. 53.               | 19. <i>Ibidem</i> , págs. 56-57.        | 32. Kennedy, 1963.                        |
| 6. Clark, 1984, pág. 752.                 | 20. Aitmátov e Ikeda, 1992, pág. 5.     | 33. Nações Unidas, 2204e.                 |
| 7. Hermanns, 1983, pág. 143.              | 21. Buber, 1996, pág. 116.              | 34. UNISDR, 2005.                         |
| 8. Kaneko, 1991, pág. 262.                | 22. Sadovnichy e Ikeda, 2004, pág. 236. | 35. Nye, 2204.                            |
| 9. Nitiren, 1999, pág. 402.               | 23. Aitmátov, 1996, pág. 239.           | 36. <i>Soka Gakkai Newsletter</i> , 2004. |
| 10. <i>Seikyo Shimbun</i> , 1991, pág. 3. | 24. Toffler, 1990, pág. 369.            | 37. Nações Unidas, 2000a.                 |
| 11. Jacquard, 1997, pág. 18.              | 25. Buber, 1996, pág. 150.              | 38. Rotblat, 2004.                        |
| 12. Takakusu, 1977, vol. 14, pág. 544.    | 26. Nitiren, 1952, pág. 1339.           | 39. Nações Unidas, 2004b.                 |
| 13. Ikeda, 1993.                          | 27. Makiguti, 1983, vol. 1, pág. 37.    | 40. <i>Ibidem</i> .                       |
| 14. Hermanns, 1983, pág. 117.             | Cf.: Makiguti, 2002, pág. 31.           | 41. Toda, 1981, vol. 4, pág. 565.         |

## B I B L I O G R A F I A

- AFP (*Asia Forest Partnership*). Ministério de Assuntos Exteriores do Japão. <http://www.mofa.go.jp/policy/economy/fishery/afp/general0211.html>.
- Aitmátov, Tchinguiz. 1996, *Kasandora no rakuin* (A Marca de Cassandra), Norikazu Iida, trad. Tóquio, Ushio Shuppansha.
- Aitmátov, Tchinguiz e Daisaku Ikeda. 1992, “*Meiyokaicho to Aitomatofushi tono taidan*” (Um diálogo entre o presidente da SGI e Aitmátov), *Seikyo Shimbun*, 7 de setembro.
- Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático). 2004, Declaração do presidente da 10ª Cúpula da Asean, 29 de novembro, Vientiane. <http://www.aseansec.org/16632.htm>.
- AtKisson, Alan. 1999, *Believing Cassandra: An Optimist Looks at a Pessimist's World* (Acreditando em Cassandra: Uma Visão Otimista num Mundo de Pessimistas). Vermont, Chelsea Green Publishing Co.
- Buber, Martin. 1947, *Between Man and Man* (Entre o Homem e o Homem), Ronald Gregor Smith, trad. Londres, Kegan Paul.
- . 1996. *I and Thou* (Eu e Tu), Walter Kaufmann, trad. Nova York, Touchstone.
- Clark, Ronald. 1984, *Einstein: The Life and Times* (Einstein: Sua Vida e Seu Tempo). Nova York, Avon Books.
- Control Arms. 2003, “Anistia Internacional, Oxfam, Iansa e a campanha Armas Sob Controle: Fatos e Figuras-Chave.” Relatório Internacional, 9 de outubro. [http://www.controlarms.org/latest\\_news/media\\_briefing.htm](http://www.controlarms.org/latest_news/media_briefing.htm). March 2005.
- Eanet (Rede de Monitoramento de Chuvas Ácidas), Centro de Pesquisas de Chuvas Ácidas e de Oxidantes, 22 de novembro, 2004. <http://www.eanet.cc/>.
- Erasmus: Programa da Comunidade Européia no campo do ensino superior. União Européia, 10 de janeiro de 2005. [http://europa.eu.int/comm/education/programmes/socrates/erasmus/erasmus\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/education/programmes/socrates/erasmus/erasmus_en.htm).
- União Européia. 2000, Resolução nº 253/2000/EC do Parlamento Europeu e do Conselho de janeiro de 2000, que estabelece a segunda fase do programa de ação da Comunidade no campo da educação “Sócrates”. *Jornal Oficial das Comunidades Européias* 43(L/28/1), Eng. ed. 3 de fevereiro. [http://europa.eu.int/eur-lex/pri/en/oj/dat/2000/L\\_028/L\\_02820000203en00010015.pdf](http://europa.eu.int/eur-lex/pri/en/oj/dat/2000/L_028/L_02820000203en00010015.pdf).
- . 2004, Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa. *Jornal Oficial da União Européia* 47 (C 310/1). Eng. ed. 16 de dezembro. <http://europa.eu.int/eur-lex/lex/JOhtml.do?uri= OJ:C:2004:310:SOM:EN:HTML>. fevereiro de 2005.
- (G8) Cúpula de Sea Island 2004. Plano de Ação do G8 de Não-Proliferação, 8–10 de junho. Sea Island, Geórgia. [http://www.g8usa.gov/d\\_060904d.htm](http://www.g8usa.gov/d_060904d.htm).
- Hermanns, William. 1983, *Einstein and the Poet: In Search of the Cosmic Man* (Einstein e o Poeta: Em Busca do Homem Cósmico). Brookline Village, MA, Branden Press, Inc.
- Ikeda, Daisaku. 1978, “Proposta de Dez Itens para o Desarmamento Nuclear”. *A Lasting Peace* (Uma Paz Duradoura), vol. II. Nova York, Weatherhill, Inc. págs. 55–74.
- . 1993, Discurso “O Budismo Mahayana e a Civilização do Século XX”, *Brasil Seikyo*, edição nº 1.245, 9 de outubro de 1993, pág. 3.
- . 1994, proposta de paz “A Luz do Espírito Global: Uma Nova Alvorada na História da Humanidade”, *Terceira Civilização*, edição nº 308, abril de 1994, págs. 10–29.



- . 1998, proposta de paz “A Humanidade e o Novo Milênio: Do Caos para o Cosmos”, *Terceira Civilização*, edição nº 357, maio de 1998, págs. 9–41.
- . 1999, proposta de paz “Pela Cultura de Paz — Uma Visão Cósmica”, *Terceira Civilização*, edição nº 370, junho de 1999, págs. 9–44.
- . 2001, proposta de paz “O Desafio da Nova Era: Construir a Todo Instante o ‘Século da Vida’”, encarte, *Terceira Civilização*, edição nº 394, junho de 2001.
- . 2002a, proposta educacional “O Desafio do Desenvolvimento Global: Educação para um Futuro Sustentável”, *Terceira Civilização*, edição nº 410, outubro de 2002, págs. 4–9.
- . 2002b, proposta de paz “O Humanismo do Caminho do Meio — O Alvorecer de uma Civilização Global”, encarte, *Terceira Civilização*, edição nº 405, maio de 2002.
- . 2003, proposta de paz “Por uma Ética Global — A Dimensão da Vida: Um Paradigma”, encarte, *Terceira Civilização*, edição nº 417, maio de 2003.
- Jacquard, Albert. 1997, *Petite philosophie à l'usage des non-philosophes* (Uma Filosofia Modesta para Não-Filósofos). N.p.: Calmann-Lévy.
- Kaneko, Tsutomu. 1991, *Ainshutain shokku* (O Choque de Einstein), vol. II. Tóquio, Kawadeshobo Shinsha.
- Kennedy, John Fitzgerald. 1963, “Discurso Prévio à 18ª Assembléia Geral das Nações Unidas”, 20 de setembro, Biblioteca e Museu John F. Kennedy. <http://www.jfklibrary.org/j092063.htm>.
- Kokusaimondai. 2004, “Shinseiki ni okeru aratana Kokuren” (Uma Nova Nações Unidas para um Novo Século), por Kofi Annan, Mari Tomita, trad., setembro, págs. 2–7.
- Makiguti, Tsunessaburo. 1983, *Jinsei chirigaku* (Geografia da Vida Humana), vol. I de *Makiguchi Tsunessaburo zenshu* [Obras Completas de Tsunessaburo Makiguti]. Tóquio, Daisan Bunmeisha.
- . 2002, *A Geography of Human Life* (Geografia da Vida Humana), Katsusuke Hori e outros, trad., Dayle M. Bethel, ed. São Francisco, Caddo Gap Press.
- Mandela, Nelson. 2004, “Diversidade — de Divisiva a Inclusiva”, PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano 2004: Liberdade Cultural num Mundo Diversificado. Nova York. [http://hdr.undp.org/reports/global/2004/pdf/hdr04\\_complete.pdf](http://hdr.undp.org/reports/global/2004/pdf/hdr04_complete.pdf).
- MOFA (Ministério de Assuntos Exteriores do Japão), 2003. “Conversações Entre as Seis Partes sobre Questões da Coreia do Norte (Panorama e Avaliação)”, setembro. [http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/n\\_korea/6party0308.html](http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/n_korea/6party0308.html).
- . 2004a. “Reunião de Cúpula Japão–República da Coreia (Síntese)”, 17 de dezembro. <http://www.infojapan.org/region/asia-paci/korea/meet0412.html>.
- . 2004b. “Relatório dos Avanços da Cooperação Trilateral entre a República Popular da China, o Japão e a República da Coreia”, texto final. Adotado em 27 de novembro pelo Comitê das Três Partes em Vientiane, República Popular Democrática do Laos. <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/asean/pmv0411/report.pdf>.
- Nash, Roderick Frazier. 1989, *The Rights of Nature: A History of Environmental Ethics* (Os Direitos da Natureza: História da Ética Ambiental). Madison, University of Wisconsin Press.
- National Geographic's Strange Days on Planet Earth* (Dias Estranhos no Planeta Terra, National Geographic), 2004. Documentário produzido pela Sea Studio Foundation for Vulcan Productions, Inc. e National Geographic Television & Film.



- Nitiren. 1952, *Nichiren Daishonin Goshō Zenshu* (Obras Completas de Nitiren Daishonin). Nitiko Hori, ed. Tóquio, Soka Gakkai.
- Nitiren. 1999. *The Writings of Nichiren Daishonin* (Os Escritos de Nitiren Daishonin), Comitê de Tradução do Goshō, trad. e ed. Tóquio, Soka Gakkai.
- Nye, Joseph S. Jr. 2004, “América confronta a Velha Europa e a Nova Europa”. Comentário, *Project Syndicate*, maio. [http://www.project-syndicate.org/commentaries/commentary\\_text.php?id=1569&m=series](http://www.project-syndicate.org/commentaries/commentary_text.php?id=1569&m=series).
- Paul, James. 2003, “Encontro Arria Formula”, revisado, outubro. <http://www.globalpolicy.org/security/mtgsetc/arria.htm>. fevereiro de 2005.
- Rotblat, Sir Joseph. 2004. “Resposta do Professor Sir Joseph Rotblat”, discurso proferido na 54ª Conferência Pugwash sobre Ciência e Questões Mundiais. Seul, 4 a 9 de outubro. [http://www.pugwash.or.kr/files/news/JOSEPH%20ROTLAT\[1\].doc](http://www.pugwash.or.kr/files/news/JOSEPH%20ROTLAT[1].doc).
- Manifesto Russell-Einstein*, 1955, Pugwash Online. <http://www.pugwash.org/about/manifesto.htm>.
- Sadovnichy, Victor A. e Daisaku Ikeda. 2004, *Gaku wa hikari* (A Luz do Saber). Tóquio, Ushio Shuppansha.
- Mensageiro de Santo Antônio*. 1999, “São Francisco: o Santo de um Novo Milênio”, janeiro. <http://www.americancatholic.org/messenger/Jan1999/feature1.asp>.
- Vida e Obra de São Francisco. A Basílica e o Convento Sagrado de São Francisco de Assis. <http://www.sanfrancescoassisi.org/index.php?dir=storia&lang=eng&url=cronologia.htm>.
- Seikyo Shimbun*. 1991, “Konkai no mondai ni kansuru shikisha no koe” (A Reação do Leitor à Atual Controvérsia), por Taro Hori, 13 de novembro.
- SGL Quarterly*. 1999, “Ponte de paz com a China”, por Cai Delin, janeiro, edição nº 15, págs. 12–13.
- Soka Gakkai. 2002, *Dicionário de Termos e Conceitos Budistas*. Tóquio, Soka Gakkai.
- Soka Gakkai Internacional. 1998, Carta da Soka Gakkai Internacional, 30 de setembro. <http://www.sgi.org/about/sgi/charter.html>.
- Soka Gakkai Newsletter*. 2004, “Delegação de amizade sino-japonesa de jovens da Soka Gakkai visita a sede da ACYF em Pequim”, 27 de novembro. [http://www.sokagakkai.info/html3/news3/newsletters3/newsltr\\_index3f.html](http://www.sokagakkai.info/html3/news3/newsletters3/newsltr_index3f.html).
- Universidade Soka, “Uma rede de intercâmbios com universidades estrangeiras”. <http://www.soka.ac.jp/en/exchanges.html>.
- Comissão do Tratado de Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático. <http://www.aseansec.org/92.htm>.
- Tagore, Rabindranath. 1921, *Stray Birds* (Pássaros Perdidos). Londres, Macmillan and Co.
- Takakusu, Junjiro et al., eds. 1977, *Taisho shinshu daizokyo* (Cânone Completo de Escrituras Budistas, Taisho), vol. 14, Japão, Taisho Shinshu Daizokyo Kankokai.
- Takeyama, Michio. 1953, *Rekishiteki ishiki ni tsuite* (Sobre a Consciência Histórica). Tóquio, Kodansha Press.
- Tehrani, Majid e Daisaku Ikeda. 2003, *Global Civilization: A Buddhist-Islamic Dialogue* (Civilização Global: Diálogo sobre Budismo e Islamismo). Nova York, I.B. Tauris.
- Instituto Toda para a Paz Global e Pesquisa Política. “Segurança Humana e Governança Global: Perspectivas para um Projeto de Pesquisa de Colaboração Internacional”. [http://www.toda.org/research\\_program/prospectus.html](http://www.toda.org/research_program/prospectus.html).
- Toda, Jossei. 1981. *Toda Josei zenshu* (Obras Completas de Jossei Toda), vol. IV. Tóquio, Seikyo Shimbunsha.





- Toffler, Alvin. 1998. *Powershift: As Mudanças do Poder*. Rio de Janeiro, Record.
- UMAP (Mobilidade Universitária na Ásia e no Pacífico). "Quem são os membros da UMAP?" <http://www.umap.org/About/members.html>.
- Nações Unidas. 1945, Carta das Nações Unidas–Preâmbulo. <http://www.un.org/aboutun/charter/>.
- . 2000a. Conferência para a Revisão das Partes do Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares 2000, relatório final. TNP/CONF.2000/28. Nova York.
- . 2000b. "Declaração do Milênio", A/RES/55/2, 18 de setembro, Nova York. <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf>.
- . 2000c. "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio". <http://www.un.org/millenniumgoals/>.
- . 2001, Conferência das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves em Todos os Seus Aspectos, 9 a 20 de julho, Nova York. <http://www.disarmament2.un.org/cab/smallarms/>.
- . 2002a. "Fortalecendo as Nações Unidas — Uma Agenda para Mais Mudanças — Relatório do Secretário-Geral", A/57/387, 9 de setembro, Nova York. [http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/e06a5300f90fa0238025668700518ca4/4b5d557cb16e82b6c1256c3e003933dd/\\$FILE/NO258326.pdf](http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/e06a5300f90fa0238025668700518ca4/4b5d557cb16e82b6c1256c3e003933dd/$FILE/NO258326.pdf).
- . 2002b. "Assembléia Geral pede apoio às medidas nacionais para evitar a aquisição de armas de destruição em massa por terroristas: 53 primeiros textos adotados pelo Comitê; nova Federação Russa/estrutura estratégica dos Estados Unidos, eliminação das armas nucleares, entre outros assuntos tratados", GA/10105. Press release, 22 de novembro, Nova York. <http://www.un.org/News/Press/docs/2002/ga10105.doc.htm>.
- . 2003. Tráfico Ilícito de Armas de Pequeno Porte e Armamentos Leves em Todos os Seus Aspectos. Resolução adotada pela Assembléia Geral [sobre o relatório do primeiro Comitê (A/58/462)]. A/Res/58/241, 23 de dezembro, Nova York. <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/508/98/PDF/N0350898.pdf?OpenElement>.
- . 2004a. Um mundo mais seguro: nossa responsabilidade partilhada — Relatório do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, 2004. <http://www.un.org/secureworld/report2.pdf>.
- . 2004b. "Educação para o Desarmamento e Não-Proliferação — Relatório do Secretário-Geral", A/59/178, 23 de julho, Nova York. <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/439/96/PDF/N0443996.pdf?OpenElement>.
- . 2004c. Relatório final do Comitê Preparatório da Conferência para a Revisão das Partes do Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares 2005. TNP/CONF.2005/1, 20 de maio.
- . 2004d. "Assembléia Geral anuncia Programa Mundial de Educação para os Direitos Humanos, frisando sua importância para a concretização de todas as liberdades fundamentais", GA/10317. Press release, 12 de outubro, Nova York. <http://www.un.org/News/Press/docs/2004/ga10317.doc.htm>.
- . 2004e. Década Internacional para Ação: Água, Fonte de Vida, 2005–2015. A/Res/58/217. Resolução adotada pela Assembléia Geral, 9 de fevereiro, Nova York. [http://www.unesco.org/water/water\\_celebrations/decades/water\\_for\\_life.pdf](http://www.unesco.org/water/water_celebrations/decades/water_for_life.pdf).
- . 2004f. "Assembléia Geral adota por unanimidade resolução que aprova plano de trabalho para comemoração do 60º aniversário: medida delineia formato, Organização para a Revisão do Pai-



- nel de Alto Nível do Milênio", GA/10320. Press release, 17 de dezembro, Nova York. <http://www.un.org/News/Press/docs/2004/ga10320.doc.htm>.
- . 2004g. "Fortalecimento do Sistema das Nações Unidas — Comentários do Secretário-Geral", A/58/817, 11 de junho, Nova York. [http://www.un.org/reform/a\\_58\\_817.pdf](http://www.un.org/reform/a_58_817.pdf).
- . 2004h. "Texto pede por negociações sobre o Tratado de Proibição da Produção de Materiais Físseis aprovado pelo Comitê de Desarmamento", GA/DIS/3291. Press release, 4 de novembro, Nova York. <http://www.un.org/News/Press/docs/2004/gadis3291.doc.htm>.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 2004, Relatório de Desenvolvimento Humano 2004: Liberdade Cultural num Mundo Diversificado, Nova York, Hoechstetter Printing Co. [http://hdr.undp.org/reports/global/2004/pdf/hdr04\\_complete.pdf](http://hdr.undp.org/reports/global/2004/pdf/hdr04_complete.pdf).
- Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. <http://www.unesco.org/education/desd/>.
- UNFCCC (Convenção–Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática), 1997, Protocolo de Quioto para a Convenção–Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, 11 de dezembro, Quioto, Japão. <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/kpeng.pdf>.
- UNISDR (Estratégia Internacional para a Redução de Desastre das Nações Unidas), 2005, Plano de Ação de Hyogo 2005–2015: desenvolver a capacidade de reconstrução dos desastres de nações e comunidades, 14 de fevereiro. <http://www.unisdr.org/wcdr/official-doc/L-docs/OUTCOME-FINAL-as-separate-non-official-document.pdf>.
- UNU (Universidade das Nações Unidas), projetos da UNU nas áreas da paz e governança. <http://www.unu.edu/png.html>.
- . Projetos da UNU nas áreas do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. <http://www.unu.edu/esd.html>.
- Centro de Informação das Nações Unidas, 2004, "Rússia entrega a Annan a ratificação do Protocolo de Quioto, permitindo que ele entre em vigor", 18 de novembro. <http://www.un.org/apps/news/storyAr.asp?NewsID=12568&Cr=kyoto&Cr1=protocol>.
- Secretário-Geral das Nações Unidas. "Grupo de Administração Sênior", Nova York. <http://www.un.org/News/ocsg/sg/pages/seniorstaff.html>.
- Bureau de Não-Proliferação dos Estados Unidos, 2004, "Iniciativa de Segurança Contra a Proliferação", Departamento de Estado dos EUA, 28 de julho, Washington, DC. <http://www.state.gov/t/np/rls/other/34726.htm>.
- WEPA (*Water Environmental Partnership in Asia*), Instituto para Estratégias Ambientais Globais. <http://www.iges.or.jp/en/fw/wepa.html>.
- Willens, Harold. 1984, O fator do compensador: como os executivos podem ajudar a resolver a crise das armas nucleares. Nova York, William Morrow & Company, Inc.
- Grupo Banco Mundial. 2004, "Pobreza mundial reduz à metade a partir de 1981, mas o progresso desigual ao crescimento econômico frustra muitos países". News release, no.2004/309/S. 23 de abril. <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,contentMDK:20194973~menuPK:34463~pagePK:64003015~piPK:64003012~theSitePK:4607,00.html>.



## Propostas de paz proferidas por Daisaku Ikeda em 26 de janeiro, Dia da SGI

- 2004 — Revolução interior: uma onda mundial pela paz
- 2003 — Por uma ética global — A dimensão da vida: um paradigma
- 2002 — O humanismo do caminho do meio — O alvorecer de uma civilização global
- 2001 — O desafio da nova era: construir a todo instante o “Século da Vida”
- 2000 — A paz pelo diálogo — É tempo de falar: uma cultura de paz
- 1999 — Pela cultura de paz — Uma visão cósmica
- 1998 — A humanidade e o novo milênio: do caos para o cosmos
- 1997 — Novos horizontes de uma civilização global
- 1996 — Rumo ao terceiro milênio: o desafio da cidadania global
- 1995 — Criando um século sem guerras através da solidariedade humana
- 1994 — A luz do espírito global: uma nova alvorada na história da humanidade
- 1993 — Rumo a um mundo mais humano no século vindouro
- 1992 — Uma Renascença de esperança e harmonia
- 1991 — O alvorecer do século da humanidade
- 1990 — O triunfo da democracia: rumo a um século de esperança
- 1989 — A alvorada de um novo globalismo
- 1988 — Entendimento cultural e desarmamento: os blocos edificadores da paz mundial
- 1987 — Propagando o brilho da paz: rumo ao século do povo
- 1986 — Rumo a um movimento global por uma paz duradoura
- 1985 — Novas ondas de paz rumo ao século XXI
- 1984 — Criando um movimento unido para um mundo sem guerras
- 1983 — Nova proposta para a paz e o desarmamento

Daisaku Ikeda nasceu em Tóquio, Japão, em 2 de janeiro de 1928.

Formado pela Escola Superior Fuji na área de Economia, é atualmente presidente da Soka Gakkai Internacional (SGI), uma das maiores organizações não-governamentais das Nações Unidas, com mais de 12 milhões de associados em 190 países e territórios.

Fundou várias instituições educacionais e culturais, como as escolas Soka (do nível pré-escolar ao universitário), a Associação de Concertos Min-On, o Instituto de Filosofia Oriental e o Museu de Arte Fuji de Tóquio.

Pacifista, filósofo, poeta laureado e escritor com obras traduzidas para mais de vinte línguas, é sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras (ABL) desde 1992, ocupando a cadeira de nº 14.

Convicto de que um movimento popular centralizado nas Nações Unidas é a chave para transformar o mundo onde imperam a desunião e a hostilidade em um mundo de coexistência pacífica, Ikeda apresenta anualmente, no dia 26 de janeiro, aniversário de fundação da SGI, sua proposta de paz.

A SGI é oficialmente registrada como organização não-governamental (ONG) no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), no Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), no Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas (UNDPI), na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e também é membro da Federação Mundial das Associações das Nações Unidas (WFUNA).



Daisaku Ikeda  
Presidente da Soka Gakkai  
Internacional

### Carta da Soka Gakkai Internacional

Nós, organizações constituintes da Soka Gakkai Internacional (SGI), abraçamos o objetivo fundamental e a missão de contribuir para a paz, a cultura e a educação com base na filosofia e nos ideais do Budismo de Nitiren Daishonin.

Reconhecemos que em nenhuma outra época da história da humanidade testemunhou tamanha justaposição de guerra e paz, discriminação e igualdade, pobreza e fartura, como no século XX; que o desenvolvimento da tecnologia militar cada vez mais sofisticada, exemplificada pelas armas nucleares, criou uma situação em que a própria sobrevivência da espécie humana foi colocada em risco; que a realidade da violenta discriminação étnica e religiosa apresenta um interminável ciclo de conflito; que o egoísmo e a negligência do homem causaram problemas globais, como a degradação do meio ambiente e os abismos econômicos cada vez maiores entre as nações desenvolvidas, com sérias repercussões para o futuro coletivo da humanidade.

Acreditamos que o Budismo de Nitiren Daishonin, filosofia humanística de infinito respeito pela dignidade da vida e de benevolência que abrange tudo, capacita os indivíduos a cultivar a sabedoria e a criatividade do espírito humano para vencer as dificuldades e crises que a humanidade enfrenta, dando origem a uma sociedade de coexistência próspera e pacífica.

Nós, organizações constituintes e membros da SGI, determinados a elevar bem alto a bandeira da cidadania mundial, do espírito da tolerância e do respeito aos direitos humanos com base no humanismo budista e a desafiar as questões globais que a humanidade enfrenta por meio do diálogo e de esforços práticos embasados em um firme compromisso com a não-violência,

adotamos esta Carta, ratificando os seguintes propósitos e princípios:

1. A SGI contribuirá para a paz, a educação e a cultura, pela felicidade e o bem-estar de toda a humanidade, inspirada no respeito budista à dignidade da vida.
2. A SGI, com base no ideal da cidadania mundial, salvaguardará os direitos humanos fundamentais e não discriminará nenhum indivíduo.
3. A SGI respeitará e protegerá a liberdade de crença e de expressão religiosa.
4. A SGI promoverá a ampla compreensão do Budismo de Nitiren Daishonin por meio de intercâmbios, contribuindo, dessa forma, para a realização da felicidade individual.
5. A SGI, por intermédio de suas organizações constituintes, encorajará seus membros a contribuir para a prosperidade de suas respectivas sociedades como bons cidadãos.
6. A SGI respeitará a independência e a autonomia de suas organizações constituintes de acordo com as condições predominantes em cada país.
7. A SGI, com base no espírito budista de tolerância, respeitará outras religiões, travará diálogos e atuará em cooperação para a solução de questões fundamentais da humanidade.
8. A SGI respeitará a diversidade cultural e promoverá intercâmbios culturais para criar, dessa forma, uma sociedade internacional de cooperação e compreensão mútua.
9. A SGI promoverá, com base no ideal budista de simbiose, a proteção da natureza e do meio ambiente.
10. A SGI contribuirá para a promoção da educação, da busca da verdade e também do desenvolvimento da ciência para capacitar as pessoas a cultivar seu caráter e desfrutar uma vida plena e feliz.